

# **ECONOMIA POLÍTICA: uma introdução crítica**



*Coordenação Editorial da  
Biblioteca Básica de Serviço Social*  
Elisabete Borgianni

*Conselho editorial  
da Área de Serviço Social*  
Ademir Alves da Silva  
Dilséa Adeodata Bonetti  
Elaine Rossetti Behring  
Ivete Simionatto  
Maria Lúcia Carvalho da Silva  
Maria Lúcia Silva Barroco

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Netto, José Paulo

Economia política : uma introdução crítica / José Paulo Netto e  
Marcelo Braz. – 8. ed. – São Paulo : Cortez, 2012. – (Biblioteca básica  
de serviços social ; v. 1)

Bibliografia.

ISBN 978-85-249-1979-4

1. Economia I. Braz, Marcelo. II. Título. III. Série.

12-10618

CDD-330

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Ciências econômicas 330
2. Economia 330
3. Economia política 330

**José Paulo Netto**  
**Marcelo Braz**

# **ECONOMIA POLÍTICA:** **uma introdução crítica**

**BIBLIOTECA BÁSICA DE SERVIÇO SOCIAL**

**VOLUME 1**

**8ª edição**

**7ª reimpressão**

 **CORTEZ**  
**EDITORA**

ECONOMIA POLÍTICA: uma introdução crítica  
José Paulo Netto • Marcelo Braz

*Capa:* aeroestúdio

*Preparação dos originais:* Silvana Cobucci Leite

*Revisão:* Maria de Lourdes de Almeida

*Composição:* Linea Editora Ltda.

*Coordenação editorial:* Danilo A. Q. Morales

*Secretária editorial:* Priscila F. Augusto

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou duplicada sem autorização expressa dos autores e do editor.

© 2006 by Autores

Direitos para esta edição

CORTEZ EDITORA

Rua Monte Alegre, 1074 — Perdizes

05014-001 — São Paulo-SP

Tel.: (11) 3864-0111 Fax: (11) 3864-4290

E-mail: [cortez@cortezeditora.com.br](mailto:cortez@cortezeditora.com.br)

[www.cortezeditora.com.br](http://www.cortezeditora.com.br)

Impresso no Brasil — maio de 2023

*Para  
Leila  
e para  
Helcir e Jumília  
e à  
memória de Maria Augusta Negreiros,  
assistente social portuguesa.*



## Sumário

<b>Apresentação da Biblioteca Básica de Serviço Social .....</b>	<b>11</b>
<b>Apresentação .....</b>	<b>15</b>
<b>Nota à 8ª edição .....</b>	<b>19</b>
<b>Nota à 7ª edição .....</b>	<b>21</b>
<b>Nótula à 2ª edição .....</b>	<b>25</b>
<b>Introdução: Economia Política: da origem à crítica marxiana.....</b>	<b>27</b>
A Economia Política clássica .....	28
A crise da Economia Política clássica .....	31
A crítica da Economia Política .....	35
A Economia Política marxista .....	37
Sugestões bibliográficas.....	39
<b>Capítulo 1: Trabalho, sociedade e valor.....</b>	<b>41</b>
1.1. Trabalho: transformação da natureza e constituição do ser social .....	42
1.2. Trabalho, natureza e ser social .....	47
1.3. Práxis, ser social e subjetividade .....	55
1.4. Trabalho, valor e “fim da sociedade do trabalho” ....	60
Sugestões bibliográficas.....	63
Filmografia .....	65

<b>Capítulo 2:</b> Categorias da (crítica da) Economia Política .....	66
2.1. A comunidade primitiva e o excedente econômico .....	67
2.2. Forças produtivas, relações de produção e modos de produção .....	70
2.3. Produção, distribuição e consumo .....	75
2.4. O escravismo e o feudalismo .....	77
2.5. A crise do feudalismo e a Revolução Burguesa .....	82
Sugestões bibliográficas.....	88
Filmografia .....	89
<b>Capítulo 3:</b> Produção de mercadorias e modo de produção capitalista .....	91
3.1. Mercadoria e produção mercantil .....	92
3.2. Produção mercantil simples e produção capitalista .....	94
3.3. <i>A acumulação primitiva</i> .....	98
3.4. Valor e dinheiro.....	101
3.5. A lei do valor .....	102
3.6. O fetichismo da mercadoria .....	104
Sugestões bibliográficas.....	106
Filmografia .....	107
<b>Capítulo 4:</b> O modo de produção capitalista: a exploração do trabalho .....	108
4.1. Lucro — o objetivo da produção capitalista .....	109
4.2. A produção capitalista: produção de mais-valia .....	111
4.3. Salário e trabalho concreto/abstrato.....	116
4.4. A exploração do trabalho.....	119
4.5. O capital comanda o processo de trabalho .....	124
4.6. Trabalhador coletivo e trabalho produtivo/improdutivo .....	126
4.7. A repartição da mais-valia.....	131

4.8. A distribuição da renda nacional.....	133
Sugestões bibliográficas.....	134
Filmografia .....	136
<b>Capítulo 5:</b> A acumulação capitalista e o movimento do capital.....	137
5.1. A reprodução ampliada: a acumulação de capital....	138
5.2. O movimento do capital .....	140
5.3. Concentração e centralização .....	142
5.4. A acumulação capitalista e os trabalhadores.....	144
5.5. Acumulação capitalista e “questão social” .....	148
Sugestões bibliográficas.....	152
Filmografia .....	154
<b>Capítulo 6:</b> Mais-valia, lucro e queda da taxa de lucro .....	155
6.1. A mobilidade do capital: a taxa média de lucro.....	155
6.2. Preço de produção e mercado.....	160
6.3. A tendência à queda da taxa de lucro.....	164
Sugestões bibliográficas.....	167
Filmografia .....	168
<b>Capítulo 7:</b> As crises e as contradições do capitalismo .....	169
7.1. As crises capitalistas e o ciclo econômico.....	170
7.2. As crises: pluricausalidade e função.....	173
7.3. As contradições do capitalismo .....	176
Sugestões bibliográficas.....	179
Filmografia .....	180
<b>Capítulo 8:</b> O imperialismo .....	181
8.1. A evolução do capitalismo .....	182
8.2. A transição a um novo estágio.....	188
8.3. O estágio imperialista.....	192
8.4. A indústria bélica .....	196
8.5. A constituição de um sistema econômico mundial ..	199

8.6. A economia do imperialismo .....	201
8.7. A fase “clássica” do imperialismo .....	205
8.8. Os “anos dourados” da economia imperialista .....	208
8.9. A intervenção estatal nos “anos dourados” .....	215
Sugestões bibliográficas.....	219
Filmografia .....	222
<b>Capítulo 9: O capitalismo contemporâneo.....</b>	<b>223</b>
9.1. Os “anos dourados”: a ilusão chega ao fim .....	224
9.2. O capital: da defensiva à ofensiva .....	226
9.3. Os novos domínios do capital e a concentração do poder .....	233
9.4. Neoliberalismo: o capital sem controles sociais mínimos .....	237
9.5. A financeirização do capital .....	241
9.6. O “mundo novo” do capitalismo contemporâneo....	247
Sugestões bibliográficas.....	251
Filmografia .....	253
<b>Conclusão .....</b>	<b>255</b>
<b>Bibliografia .....</b>	<b>261</b>

## Apresentação da Biblioteca Básica de Serviço Social

A Coleção **Biblioteca Básica de Serviço Social**, que se inicia com o volume *Economia Política: uma introdução crítica*, de autoria dos Professores José Paulo Netto e Marcelo Braz, está sendo desenvolvida pela Cortez Editora, sob a Direção da Assessora Editorial Elisabete Borgianni, e Consultoria Técnica do Conselho Editorial de Livros da Área de Serviço Social, composto pelos(as) Professor(as): Ademir Alves da Silva; Dilséa Adeodata Bonetti, Maria Lúcia Barroco, Maria Rosângela Batistoni e Maria Lúcia Carvalho da Silva.

A Coleção foi pensada a partir de um projeto original, apresentado à Cortez Editora no final dos anos 1990, pelo Professor José Paulo Netto, intitulado *Manuais Críticos de Serviço Social*, e que por diversas razões, que não cabem detalhar aqui, não pôde ter prosseguimento naquela ocasião.

Desde então, já se apontava, em muitos dos fóruns de debates do Serviço Social brasileiro, para a necessidade de “traduzir” os avanços contidos no projeto ético-político desenvolvido por essa profissão (e que se expressam nas Diretrizes Curriculares, no Código de Ética Profissional e em outros marcos normativos do Serviço Social), em livros de conteúdo crítico, mas com linguagem mais acessível e que trouxessem exemplos de práticas bem-sucedidas baseadas nos princípios e fundamentos que a área acumulou nos últimos anos.

Para corresponder a essas expectativas é que o projeto dos *Manuais* do Professor José Paulo Netto já delineava lúcida e acertadamente o que seriam os livros com as características que marcam os volumes da presente coleção: textos cuja leitura e compreensão são facilitadas por uma exposição didática

das ideias, com o uso de termos acessíveis ao universo vocabular médio dos estudantes de graduação, e compostos em diagramação que possibilite leitura confortável e arejada.

Tendo como público-alvo prioritário os alunos de 1º ao 4º ano do Curso de Serviço Social, os conteúdos dos vários volumes da **Biblioteca Básica de Serviço Social** fornecerão as bases para a compreensão do Serviço Social, como profissão inscrita da divisão social e técnica do trabalho, nos marcos da sociedade capitalista.

Tais conteúdos serão norteados por três eixos fundamentais:

- O eixo dos fundamentos teórico-metodológicos da vida social;
- O eixo dos fundamentos sócio-históricos da sociedade brasileira e
- O eixo dos fundamentos do trabalho profissional.

Esses eixos permitem a organização dos conteúdos dos livros da coleção, de forma a oferecer aos leitores uma compreensão da complexidade do trabalho do assistente social na atualidade, bem como poderão contribuir com a reflexão de profissionais das ciências sociais e humanas de maneira geral.

Pretende-se que os conteúdos dos livros da **Biblioteca** expressem o que já vem sendo oferecido nos melhores cursos de Serviço Social do país, e os autores estão sendo escolhidos entre os quadros docentes, pesquisadores e profissionais que tenham significativa proximidade com o tema e que, quando possível, já disponham de textos, apostilas e outros materiais produzidos e/ou testados em sala de aula, mesmo que ainda não editados.

Os livros que vão compor a **Biblioteca Básica** poderão trazer, ainda, uma bibliografia comentada, indicações de filmes, peças de teatro, obras literárias, musicais e de artes plásticas em geral, que expressem a realidade ali tratada e analisada.

Cada volume será composto no formato 16 x 23 cm, podendo determinado tema ser abordado em dois ou mais tomos, quando for o caso. Poderão conter também, quando o autor entender ser necessário, Anexos de Aplicação em Situações de Aula, Quadros Sinóticos e/ou Quadros Cronológicos.

A **Biblioteca Básica** será composta inicialmente por 15 volumes, que no decorrer dos anos poderão ter suas reedições revistas e/ou até ampliadas, de acordo com a necessidade de atualização e complementação da matéria tratada. Poderá, também, no futuro, contar com mais títulos, a depender de

novos campos de interesse e atuação que se coloquem para o Serviço Social no decorrer dos próximos anos.

Os quatro volumes iniciais serão:

- *Economia Política: uma introdução crítica* — José Paulo Netto e Marcelo Braz
- *Política Social* — Elaine Behring e Ivanete Boschetti
- *Ética e Direitos Humanos* — Maria Lúcia Barroco;
- *Introdução à Filosofia* — Marildo Menegat

Além desses quatro volumes iniciais, estão sendo projetados os seguintes temas, não necessariamente nessa ordem:

- Revoluções burguesas e a constituição do Estado e da Razão Moderna
- Teoria Social Crítica
- Economia capitalista no Brasil
- Classes e Movimentos Sociais
- Direitos e Legislação Social
- Introdução ao Serviço Social
- História do Serviço Social no Brasil
- Reprodução Social, fundamentos e competências do trabalho profissional do assistente social na atualidade
- Planejamento, avaliação e indicadores econômicos e sociais
- Pesquisa e produção do conhecimento no Serviço Social
- Formação Profissional em questão.

Com esses temas, a **Biblioteca Básica** deverá cobrir os conteúdos fundamentais para o Serviço Social e para as ciências sociais e humanas na atualidade, valorizando desde aqueles que dizem respeito à constituição do ser social no mundo burguês, até os que tratam das várias expressões do exercício profissional hoje.

Assim, por exemplo, no volume dedicado às competências do trabalho profissional na atualidade, serão enfocados os espaços sócio-ocupacionais do assistente social, bem como as determinações fundamentais e diferenciadas de seu exercício profissional, seja na esfera estatal, nas instâncias

públicas de controle democrático, nas empresas capitalistas ou nas organizações privadas.

Esse projeto de largo fôlego, e bastante trabalhoso no que concerne à produção editorial, está sendo abraçado pela Cortez Editora, coerentemente com sua política editorial de valorização das produções da área de Serviço Social. Tal política vem sendo desenvolvida há mais de vinte e cinco anos, tendo sido iniciada com a *Revista Serviço Social & Sociedade*, em 1979, e na atualidade se desdobrando em uma profícua produção de livros da área, bem como na importante *Biblioteca Latinoamericana de Servicio Social*, coleção que vem apoiando o debate latino-americano desde 1992, ano da edição de seu primeiro volume.

Finalizando essa breve apresentação, é preciso demarcar que, acima de tudo, a **Biblioteca Básica de Serviço Social** pretende ser mais um dos suportes do fundamental projeto ético-político e profissional que vem sendo desenvolvido pelo Serviço Social brasileiro e que tantos avanços ideopolíticos e crítico-analíticos vem possibilitando à profissão nas últimas décadas.

*Elisabete Borgianni*

Agosto de 2006

## Apresentação

O livro que agora publicamos tem um propósito específico: servir como um texto introdutório à abordagem crítica da Economia Política, com fins didáticos. Com esta caracterização, desejamos precisar a natureza do nosso trabalho: trata-se de

a) *uma introdução à Economia Política*: limitamo-nos ao enfoque das questões que, a nosso juízo, são centrais na Economia Política; temas e problemáticas que, num livro destinado a especialistas ou a leitores com formação mais apurada, deveriam ser objeto de cuidados, foram aqui deliberadamente postos à margem ou apenas aludidos;

b) *uma abordagem crítica*: nossa perspectiva de análise filia-se à tradição da “crítica da Economia Política” (Marx), como esclarecemos suficientemente na Introdução;

c) *um texto com finalidades didáticas*: conduzimos a nossa argumentação do modo mais simples e direto que nos foi possível, porém mantendo as devidas cautelas para evitar simplismos e esquematismos.

Não há, neste livro, nenhuma aspiração à originalidade. Nosso trabalho é uma síntese — como obviamente notará qualquer conhecedor da tradição da crítica da Economia Política — de leituras acumuladas em anos de pesquisa e magistério e é tributário de inúmeras fontes (todas devidamente indicadas), seja de obras maiores, seja de manuais que consideramos credibilizados. Temos, porém, a pretensão de apresentar um **livro útil** para os estudantes de nível universitário que precisam tomar um *primeiro contato* com a Economia Política.

É desnecessário sublinhar, logo à partida, que nossa preocupação em oferecer um livro voltado para a abordagem inicial da Economia Política não deve ser confundida com qualquer intenção *facilitista*, que poupe ao estudante reflexão, empenho e esforço. Supomos um estudante interessado, disposto a aprender, a se apropriar de informações e de concepções teóricas; um estudante que não tenha medo da crítica e, municiado de conhecimentos, se proponha exercitar a *sua própria crítica*. Também julgamos supérfluo dizer que não nos pretendemos substituir ao professor: este livro é somente *um instrumento* para otimizar o processo de formação, instrumento que será tanto melhor utilizado quanto mais *ativo* for o protagonismo docente.

Escrevemos este livro para estudantes universitários, ainda que tenhamos a esperança de que contribua para estimular a reflexão de profissionais vinculados às ciências sociais e humanas. E embora estejamos convencidos de que ele terá utilidade nos diversos cursos de graduação dessas áreas, assinalamos que foi preparado tendo em vista, especialmente, a formação intelectual e profissional de assistentes sociais. E recebemos, para esta tarefa, o estímulo de José Xavier Cortez, a quem tanto deve o Serviço Social, bem como de sua assessora, Elisabete Borgianni, que agora lançam a **Biblioteca Básica de Serviço Social**, de que este livro — a que se seguirão vários outros, voltados para a formação profissional em Serviço Social (graduação) — é o título inaugural.

Essa formação foi objeto de amplo debate durante a década passada, sobretudo a partir da XXIII Convenção Nacional da *Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social* (a ABESS, que posteriormente tornou-se a *Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social* / ABEPSS), realizada em outubro de 1993 (Londrina/PR). Desse debate, respaldado organizadamente por estudantes (através da Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social / ENESSO) e profissionais (através do Conselho Federal de Serviço Social / CFESS), resultaram ideias e proposições que, depuradas por uma comissão de especialistas (Maria Bernardete M. P. Rodrigo, Marilda Villela Iamamoto e Mariângela Belfiori Wanderley), derivaram no documento, de inícios de 1999, *Diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social* (cf. Conselho Regional de Serviço Social/7ª Região/RJ, 2001, p. 331-344). A revisão curricular que, na entrada da presente década, foi implementada nos cursos de Serviço Social vinculados às instituições de ensino superior mais sérias teve tais *Diretrizes* como parâmetro. E, nelas, a Economia Política foi contemplada, numa *nova lógica curricular* que a situa como *matéria básica* do núcleo de conhecimentos

relativo aos *fundamentos da vida social* — e, por isso mesmo, deve articular-se, no caso da formação profissional, aos conteúdos dos dois outros núcleos: *fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira* e *fundamentos do trabalho profissional*.

Desde a revisão mencionada, coube-nos ministrar *Economia Política e Serviço Social* na Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Este livro é basicamente fruto dessa experiência, que constitui uma das mais ricas na nossa trajetória (juntos, os autores somam quase quatro décadas de trabalho na docência) e que viemos discutindo com nossos estudantes e com estudantes e professores de outras unidades.

O texto foi estruturado de modo a atender prioritariamente às exigências postas no *núcleo de fundamentos da vida social*; mas procuramos, sem desbordar do trato da Economia Política, fornecer elementos para o *conjunto* da formação intelectual e profissional — muito particularmente, quisemos que esta aproximação à (crítica da) Economia Política fosse formulada em plena sintonia com o que atualmente se denomina *projeto ético-político do Serviço Social no Brasil*. Por isto mesmo, o primeiro capítulo, cuja formulação mais complexa destoa do caráter didático e simples de todos os outros, fornece o que nos parece ser o conjunto de pressupostos daquele projeto — *e o leitor que não estiver interessado no “projeto ético-político” pode até saltar a sua leitura sem grande prejuízo da compreensão dos capítulos seguintes*.

As leituras sugeridas ao final de cada capítulo só abrigam textos em português e castelhano, uma vez que conhecemos (mas queremos ver superados!) os diminutos recursos idiomáticos dos estudantes de graduação. Nessas indicações, não fizemos quaisquer concessões ao modismo de só citar títulos publicados no último verão, modismo que identifica qualidade teórica com data recente (“atual”); pelo contrário, empenhamo-nos em recuperar e resgatar uma literatura que tem história, fez história e que, possuindo enorme potencial para explicar o tempo presente e suas perspectivas, continuará a fazer história.

De fato, não fizemos concessão a *qualquer* modismo. Em tempos de ideologia e mistificação pós-modernas, continuamos coerente, rigorosa e apaixonadamente modernos — inclusive no modo de apreciar este trabalho, como já dissemos tão-somente um *instrumento* dentre os muitos que estudantes e professores podem utilizar e que, certamente, na dependência da sua crítica, virá a ser melhorado no futuro. Aliás, para auxiliar os professores que se valem de debates organizados entre os estudantes como recurso

didático, apresentamos, no final de cada capítulo, uma sugestão de filmes — *Filmografia* — que podem propiciar discussões muito ricas acerca de aspectos que abordamos ao longo do texto (vários dos quais podem servir para subsidiar discussões de muitos capítulos).

Enfim, só nos resta acrescentar, como de praxe, que somos, naturalmente, os únicos responsáveis por este livro. Mas queremos ressaltar que nos beneficiamos da apreciação que, a nosso pedido, foi feita prévia e generosamente por alguns amigos e companheiros, professores e estudantes, dos quais merecem agradecimentos especiais Carlos Nelson Coutinho, Ronaldo Coutinho, Cristina Maria N. P. Dias, Fernando Leitão e Raphael Capaz; e Sérgio Lessa foi nosso interlocutor privilegiado no objeto do primeiro capítulo. As nossas convicções (ou teimosias) teóricas com certeza impediram um inteiro aproveitamento do muito que nos ofereceram.

*José Paulo Netto e Marcelo Braz*  
Rio de Janeiro, outono de 2006

## Nota à 8ª edição

Chega este livro, lançado em 2006, à sua oitava edição (a bem dizer, nona, já que se tenha feito, da sétima, uma reimpressão). Mais uma vez, cabe-nos, a nós, autores, agradecer o favor do público e a eficiência de que a Cortez Editora vem dando provas na distribuição deste trabalho.

Como fizemos na abertura da sétima edição (maio de 2011), introduzimos aqui um pequeno rol de textos que certamente enriquecerão as reflexões e os debates que, esperamos, o nosso texto — dirigido a estudantes de nível universitário, mas que ainda pretendemos seja inteiramente acessível ao (mal) chamado “leitor comum” — certamente provoca.<sup>1</sup>

Mantivemos integralmente, pelas razões indicadas na “nota à sétima edição”, o corpo teórico do texto. E temos mais razões que há um ano para

---

1. No que tange à discussão das *crises econômicas*, sugerimos: Chris Freeman e Francisco Louçã, *Ciclos e crises no capitalismo global. Das revoluções industriais à revolução da informação*. Porto: Afrontamento, 2004; Daniel Romero (org.), *Marx. Sobre as crises econômicas*. São Paulo: Sundermann, 2009. Ainda acerca de textos marxianos, representativos do inteiro espectro das suas teses, vale a consulta ao volume *O leitor de Marx*, organizado por José Paulo Netto (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012). Sobre a crise econômica contemporânea, cf. Edmilson Costa, *A globalização e o capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Expressão Popular, 2008; Plínio de A. Sampaio Jr. (org.), *Capitalismo em crise. A natureza e dinâmica da crise econômica mundial*. São Paulo: Sundermann, 2009; vale também recorrer a um autor que, sem questionar o regime capitalista, antes querendo bem administrá-lo (não por acaso, Prêmio Nobel de Economia/2008), admite que a anarquia do sistema engendra a crise — Paul Krugman, *A crise de 2008 e a economia da depressão*. Rio de Janeiro: Campus, 2009. Importante é o volume organizado por Ivanete Boschetti et al., *Capitalismo em crise. Política social e direitos*. São Paulo: Cortez, 2011. O livro organizado por Rodrigo Castelo, *Encruzilhadas da América Latina no século XXI* (Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010), contém preciosos materiais sobre a batalha das ideias no continente, especialmente acerca do chamado “novo desenvolvimentismo”. Para o debate do trabalho, indicamos Sadi Dal Rosso, *Mais trabalho!*. São Paulo: Boitempo, 2008 e Ricardo Antunes e Ruy Braga, (orgs.) *Infoproletários*. São Paulo: Boitempo, 2009.

justificá-lo: o desdobramento da crise na “zona do euro”, que não é um mero episódio — antes, mais um sintoma do ingresso do capitalismo numa *crise sistêmica* (a terceira, se contarmos as duas anteriores, de 1873 e de 1929) —, demonstra cabalmente que a manutenção da ordem do capital é uma ameaça concreta às conquistas civilizacionais. E a “produção destrutiva” de que fala o prof. I. Mészáros, conjugada ao belicismo desenvolvido pelo imperialismo contemporâneo — de que as tragédias na Europa Oriental, na África e no Oriente Médio deram e prometem mais provas —, aponta inequivocamente que, hoje, a manutenção da ordem capitalista é um efetivo risco à sobrevivência da humanidade.

Permanecemos, pois, firmemente convencidos de que a orientação geral deste livro introdutório à problemática da (crítica) da Economia Política é correta.

J.P.N. e M.B.

Rio de Janeiro, julho de 2012.

## Nota à 7ª edição

Novamente, devem os autores agradecer o favor do público, mencionado na nótula à segunda edição deste livro (março de 2007). Devem fazê-lo porque, corridos menos de cinco anos do lançamento do livro (novembro de 2006), sai agora à luz mais esta edição, a sétima, de *Economia política. Uma introdução crítica* — fato que atesta, claramente, a continuidade do favor do público em face deste trabalho.

Os autores, quando prepararam este texto, visavam a um segmento universitário específico, pertinente, aliás, à coleção de que o livro faz parte: estudantes, profissionais e docentes da área de Serviço Social. Contudo, animava-os também a esperança de que ele pudesse ser útil a estudantes universitários de outras áreas — e esta esperança mostrou-se fundada, uma vez que temos notícia de sua expressiva circulação entre estudantes, por exemplo, de Economia e Educação. Por outra parte, também sabemos que o livro — seguramente em função do seu caráter didático e propedêutico — tornou-se material utilizado em inúmeros e qualificados cursos de formação teórico-política de militantes sociais. Verifica-se, pois, que o nosso agradecimento à generosidade do público não é uma simples fórmula diplomática.

Os autores estão convencidos de que, em um livro com as características próprias da coleção “Biblioteca Básica de Serviço Social”, alterações de conteúdo justificam-se quando os seus fundamentos se tornam superados ou neles se apontem equívocos substantivos. As observações que recolhemos nas resenhas dedicadas a este *Economia política. Uma introdução crítica*, bem como nos incontáveis colóquios e encontros acadêmicos de que participamos

nos últimos cinco anos, não indicaram — afora, naturalmente, questões de natureza interpretativa, que configuram diferenças de avaliação absolutamente naturais em campos tão polêmicos como o da crítica da Economia Política —, a nosso juízo, a necessidade de rever o conteúdo deste livro. E, especialmente, também a dinâmica do capitalismo contemporâneo, no último lustro, não nos pareceu infirmar nenhuma das teses centrais que se contêm em nosso trabalho, antes as confirmaram.<sup>1</sup> Assim, a presente edição (salvo três pequeníssimas correções de gralhas) é idêntica às anteriores. Questão de outro nível é a que diz respeito à atualização bibliográfica, que não pudemos avançar nesta oportunidade,<sup>2</sup> mas de que nos ocuparemos em edições futuras.

J. P. N. e M. B.

Rio de Janeiro, maio de 2011.

---

1. Dois exemplos: a continuidade da crise capitalista contemporânea, tipificada sobejamente na *débauche* financeira de 2008/2009 e na problemática da Europa Unida “semiperiférica” nos dias correntes (a condição da Grécia, da Irlanda, de Portugal e, certamente, da Espanha); o papel da agressividade belicista do imperialismo atual, cujo principal componente operacional — mas não o único — é a OTAN.

2. Mas podemos adiantar, para esta atualização e atendendo às características das indicações bibliográficas dos livros da “Biblioteca Básica de Serviço Social”, uns poucos textos que desde já devem ser incorporados às nossas “sugestões bibliográficas” e que não comparecem na listagem que fecha o presente volume. O primeiro título é *Uma introdução à Economia Política*, de A. J. Avelãs Nunes (São Paulo: Quartier Latin, 2007) — obra cuja erudição, profundidade e amplitude constitui uma excelente abordagem global da matéria, sendo, por isto mesmo, um texto indispensável para o leitor de nosso livro que queira continuar seus estudos. No debate do trabalho como fundamento do ser social (cap. 1 deste livro), cumpre citar Marilda V. Yamamoto, *Serviço Social em tempo de capital fetiche* (São Paulo: Cortez, 2007) — obra que envolve contribuições que incidem ainda sobre o capital financeiro e a “questão social”, além de oferecer um mapeamento da elaboração teórica recente do Serviço Social brasileiro; no mesmo campo do trabalho e da sociabilidade, vale recorrer ao polêmico ensaio de Sérgio Lessa, *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo* (São Paulo: Cortez, 2007); os textos de Ricardo Antunes, Giovanni Alves (autores citados desde a primeira edição de nosso livro) e Mauro Iasi, recolhidos em E. Lourenço et al. (Orgs.), *O avesso do trabalho II* (São Paulo: Expressão Popular, 2010) focam o mesmo universo temático. O livro didático de Vânia M. Cury, *História da industrialização no século XIX* (Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2006) é um bom suporte adicional a temas do nosso cap. 4. A problemática do capitalismo contemporâneo, que tratamos nos capítulos 8 e 9 deste livro, é objeto de interessantes reflexões de Virgínia Fontes em *O Brasil e o capital-imperialismo* (Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz/E. P. S. Joaquim Venâncio/UFRJ, 2010); também para estes dois capítulos, os concisos e diretos textos de E. Costa, *A globalização e o capitalismo contemporâneo* (São Paulo: Expressão Popular, 2008) e de R. M. Marques e P. Nakatami, *O que é capital fictício e sua*

---

*crise* (São Paulo: Brasiliense, 2009) são valiosos e didáticos. Elementos pertinentes e substantivos referidos àqueles capítulos de nosso livro se encontram, no nível teórico-conceitual complexo e sofisticado que peculiariza a obra do autor, em I. Mészáros, *O desafio e o fardo do tempo histórico* (São Paulo: Boitempo, 2007) e *A crise estrutural do capital* (São Paulo: Boitempo, 2009). E a discussão da política social, também ligada aos temas daqueles capítulos, recebeu aportes interessantes em *Política social. Temas & questões*, de Potyara A. P. Pereira (São Paulo: Cortez, 2008) e no volume, organizado por Ivanete Boschetti et al., *Política social no capitalismo. Tendências contemporâneas* (São Paulo: Cortez, 2008).



## Nótula à 2ª edição

Lançada em finais de novembro de 2006, a primeira edição deste livro esgotou-se em março do corrente ano. O favor do público surpreendeu os autores que, para esta segunda edição, não fizeram mais que expurgar umas poucas gralhas e reposicionar outras tantas notas de pé de página.

Esperam os autores que a generosidade do público expresse de fato, em alguma medida, a *utilidade real* que este livro possa ter para estudantes, profissionais e professores.

J. P. N. e M. B.

Rio de Janeiro, março de 2007



## Introdução

# Economia Política: da origem à crítica marxiana

No estudo introdutório de qualquer corpo teórico voltado para a explicação e a compreensão da vida social — como é a Economia Política —, uma breve referência à sua história e a controvérsias que atravessam a sua evolução é indispensável.

Nas teorias que se voltam para a vida social, muito mais que naquelas que têm por objeto a análise das realidades da natureza, as controvérsias extrapolam as diferenças relativas a métodos, hipóteses e procedimentos de pesquisa; além de divergências nesses domínios, nas teorias e ciências sociais as polêmicas e mesmo as oposições frontais devem-se ao fato de elas lidarem com interesses muito determinados de classes e grupos sociais. Nessas teorias e ciências, nunca existem formulações neutras, assépticas ou desinteressadas — é o que reconhecem os pensadores mais qualificados: em meados do século passado, o economista sueco Gunnar Myrdal (1898-1987), Prêmio Nobel de Economia/1974, observava que “uma ‘ciência social desinteressada’ constitui [...] um puro contra-senso. Tal ciência jamais existiu e jamais existirá” (Myrdal, 1965, p. 104); e, cem anos antes, Marx já aludira com ironia ao peso dos interesses que constroem a teoria de que nos ocupamos:

A natureza peculiar do material [que a Economia Política] aborda chama ao campo de batalha as paixões mais violentas, mesquinhas e odiosas do coração humano, as fúrias do interesse privado. A Igreja Anglicana da Inglaterra, por exemplo, perdoaria antes o ataque a 38 de seus 39 artigos de fé do que a 1/39 de suas rendas monetárias. (Marx, 1983, I, 1, p. 13)

A Economia Política aborda questões ligadas diretamente a interesses materiais (econômicos e sociais) e, em face deles, não há nem pode haver “neutralidade”: suas teses e conclusões estão sempre conectadas a interesses de grupos e classes sociais. É por isso que, nesta Introdução, situando historicamente e de modo rápido a Economia Política, vamos também explicitar a perspectiva teórico-política que orienta a argumentação que sustentamos neste livro.

## A Economia Política clássica

A expressão *Economia Política*, que tem origem no grego *politeia* e *oikonomika*, aparece, pela primeira vez, em 1615, quando Antoine Montchrétien (1575-1621) publica a obra *Traité de l'Économie Politique* [Tratado de Economia Política]. E embora surja em textos de François Quesnay (1694-1774), James Steuart (1712-1780) e Adam Smith (1723-1790), é apenas nos primeiros vinte anos do século XIX que passa a designar um determinado corpo teórico. Mas isso não significa que a Economia Política só se constituiu e sistematizou como campo teórico na entrada do século XIX — significa apenas que nesses anos ela passou a ser reconhecida como tal.

Com efeito, ao longo dos séculos XVII e XVIII, desenvolveu-se e acumulou-se o estoque de conhecimentos que haveria de estruturar a Economia Política, resultante da contribuição, nesse decurso temporal, de um largo rol de pensadores, dentre os quais caberia lembrar William Petty (1623-1687), na Inglaterra, e Pierre de Boisguillebert (1646-1714), na França. No entanto, o que se pode denominar de *período clássico* da Economia Política (ou, ainda, *Economia Política clássica*) vai de meados do século XVIII aos inícios do século XIX; mais precisamente, a Economia Política clássica “começa na Inglaterra, com Petty, e na França, com Boisguillebert” e “termina com [David] Ricardo

[1772-1823] na Inglaterra e [Jean-Charles-Leonard Simonde de] Sismondi [1773-1842] na França” (Marx, 1982, p. 47).<sup>1</sup>

Nos maiores representantes da Economia Política clássica, Smith e Ricardo, a despeito das diferenças entre suas concepções teóricas,<sup>2</sup> encontram-se nitidamente duas características centrais da teoria que vinha se elaborando há quase duzentos anos.

A primeira delas refere-se à natureza mesma dessa teoria: não se tratava de uma disciplina particular, especializada, que procurava “recortar” da realidade social um “objeto” específico (o “econômico”) e analisá-lo de forma autônoma. Para os dois autores mencionados, como para vários daqueles que os precederam, centrando a sua atenção nas questões relativas ao *trabalho*, ao *valor* e ao *dinheiro*, à **Economia Política interessava compreender o conjunto das relações sociais que estava surgindo na crise do Antigo Regime**<sup>3</sup> — e naquelas questões “se explicitavam, de forma irrecusável, as transformações em curso na sociedade, a partir da generalização das relações mercantis e de sua extensão ao mundo do trabalho” (Teixeira, 2000, p. 100). Os *clássicos* da Economia Política não desejavam, com seus estudos, constituir simplesmente *uma* disciplina científica entre outras: almejavam compreender o modo de funcionamento da sociedade que estava nascendo das entranhas do mundo feudal; por isso, nas suas mãos, a Economia Política se erguia como fundante de uma *teoria social, um elenco articulado de ideias que buscava oferecer uma visão do conjunto da vida social*. E mais: os *clássicos* não se colocavam como “cientistas puros”, mas tinham claros objetivos de intervenção política e social.<sup>4</sup>

---

1. Ou, diversamente, nas palavras de Schumpeter (1968, p. 75): “[...] O nome de economistas clássicos é geralmente dado aos economistas de primeira categoria, durante o período que vai da publicação da *Riqueza das nações* até à dos *Princípios* de J. S. Mill, em 1848”. As referências são à obra, publicada em 1776, de Adam Smith, *Inquérito sobre a natureza e as causas da riqueza das nações* e à de John Stuart Mill (1806-1873), publicada em 1848, *Princípios de Economia Política*.

2. Diferenças que se prendem, inclusive, às conjunturas históricas em que os dois pensadores trabalharam — diversamente de Smith, Ricardo elabora suas concepções quando a Revolução Industrial já se consolida na Inglaterra e surgem as primeiras grandes manifestações do protesto e da rebeldia operários (o movimento *ludista*).

3. Por *Antigo Regime* (em francês, *Ancien Régime*) designa-se o conjunto de instituições da feudalidade ocidental.

4. Aloisio Teixeira verificou que o compromisso dos *clássicos* com os problemas próprios da ascensão burguesa era igualmente *prático*, dados os vínculos que estabeleciam entre a Economia Política e

A segunda característica da Economia Política clássica relaciona-se ao modo como seus autores mais significativos trataram as principais categorias e instituições econômicas (dinheiro, capital, lucro, salário, mercado, propriedade privada etc.): **eles as entenderam como categorias e instituições naturais que, uma vez descobertas pela razão humana e instauradas na vida social, permaneceriam eternas e invariáveis na sua estrutura fundamental.** Esse entendimento, os *clássicos* deviam-no à inspiração das concepções próprias do *jusnaturalismo moderno*, extremamente influente na Europa Ocidental dos séculos XVII e XVIII e que marcou vigorosamente a *teoria política liberal* (ou o *liberalismo clássico*), cujo grande representante foi o inglês John Locke (1632-1704).

Essa característica, assim como a anterior, é indicativa do compromisso sociopolítico da Economia Política clássica — sabe-se que o liberalismo clássico constituiu uma arma ideológica da luta da burguesia contra o Estado absolutista e contra as instituições do *Antigo Regime*. Nos seus teóricos mais importantes (e, de novo, deve-se lembrar aqui Smith e Ricardo), ela condensou os interesses da burguesia revolucionária, que se confrontava com os beneficiários da feudalidade (a nobreza fundiária e a Igreja). Naqueles teóricos, as influências jusnaturalistas e liberais não são um acaso, mas sinalizam que suas realizações intelectuais inserem-se no quadro maior da *Ilustração* que, como é notório, configura um importante capítulo no processo pelo qual a burguesia avança para a construção do seu domínio de classe, que assinalou, em face da feudalidade, um gigantesco progresso histórico. Em resumidas contas, **a Economia Política clássica expressou o ideário da burguesia no período em que esta classe estava na vanguarda das lutas sociais, conduzindo o processo revolucionário que destruiu o Antigo**

---

as medidas de *política econômica*: “O momento histórico em que o interesse por assuntos econômicos vai atraindo um número crescente de pensadores, não só provenientes do campo da filosofia política, mas também homens com formação voltada para problemas práticos, é exatamente o momento da formação dos Estados nacionais e da generalização das relações mercantis. Tais processos [fizeram] com que atividades como as relacionadas com finanças e tesouraria adquirissem nova importância. [...] O objetivo dos autores que escreveram sobre problemas econômicos, nos séculos XVII e XVIII, não era a teoria de *per se*, muito menos a construção de modelos abstratos de análise, mas a discussão e a formulação de políticas concretas, envolvendo tributos, moeda, comércio, preços etc.” (Teixeira, 2000, p. 93-94). Quanto à diversidade de pensadores que se dedicaram à Economia Política, tal como referida por Teixeira, recorde-se que, se Adam Smith foi professor de Filosofia Moral na Universidade de Glasgow, David Ricardo foi um bem-sucedido operador da Bolsa de Valores de Londres.

*Regime* — e não foi por outra razão, aliás, que o filósofo húngaro Georg Lukács (1885-1971) considerou-a a “maior e mais típica ciência nova da sociedade burguesa”.

Porém, esse claro compromisso da Economia Política clássica com o programa da Revolução Burguesa não converteu os seus grandes representantes, como os citados Smith e Ricardo, em defensores cegos e acrílicos da nova ordem social que surgia. Na própria medida em que a Revolução Burguesa, à época, expressava os anseios emancipadores da humanidade, os *clássicos* dispunham de uma amplitude de horizontes que lhes permitia elaborar com profunda objetividade a problemática posta pelo surgimento da nova sociedade. No seu exemplo, pois, constata-se que a *objetividade*, em matéria de teoria social, não é o mesmo que “neutralidade”: precisamente por não serem “neutros”, defendiam uma ordem social mais livre e avançada que a da feudalidade — por isso, os *clássicos* puderam enfrentar sem constrangimentos as novas questões econômico-sociais.

## A crise da Economia Política clássica

Entre os anos vinte e quarenta do século XIX — ou, com mais exatidão, entre 1825/1830 e 1848<sup>5</sup> — desenha-se a crise e a dissolução da Economia Política clássica. Essa crise insere-se num contexto bem determinado: nessas décadas, altera-se profundamente a relação da burguesia com a *cultura ilustrada* de que se valera no seu período revolucionário, cultura que configura, no plano das ideias, o chamado *Programa da Modernidade*.

A cultura ilustrada condensa um projeto de emancipação humana que foi conduzido pela burguesia revolucionária, resumido na célebre consigna *liberdade, igualdade, fraternidade*. Entretanto, a emancipação possível sob o regime burguês, que se consolida nos principais países da Europa Ocidental na primeira metade do século XIX, não é a *emancipação humana*, mas somente a *emancipação política*. Com efeito, o regime burguês emancipou os homens das relações de dependência pessoal, vigentes na feudalidade; mas a liberdade política, ela mesma essencial, esbarrou sempre num limite absoluto,

---

5. Por volta de 1825, manifestou-se a primeira *crise econômica* do capitalismo; em 1848, explodiram revoluções democrático-populares na Europa Ocidental e Central.

que é próprio do regime burguês: nele, a igualdade *jurídica* (*todos são iguais perante a lei*) nunca pode se traduzir em igualdade *econômico-social* — e, sem esta, a emancipação *humana* é impossível.

Portanto, a Revolução Burguesa, realizada, não conduziu ao prometido *reino da liberdade*: conduziu a uma ordem social sem dúvida muito mais livre que a anterior, mas que continha limites insuperáveis à emancipação da humanidade. Tais limites deviam-se ao fato de a revolução resultar numa nova dominação de classe — *o domínio de classe da burguesia*. E não é preciso dizer que a existência daqueles limites contradizia as promessas emancipadoras contidas na cultura ilustrada.

Instaurando o seu domínio de classe, a burguesia experimenta uma profunda mudança: renuncia aos seus ideais emancipadores e converte-se numa classe cujo interesse central é a conservação do regime que estabeleceu. Convertendo-se em classe *conservadora*, a burguesia cuida de neutralizar e/ou abandonar os conteúdos mais avançados da cultura ilustrada. Por seu turno, as classes e camadas sociais que, ao lado da burguesia revolucionária, articularam o bloco social do *Terceiro Estado* e agora viam-se objeto da dominação burguesa trataram de retomar aqueles conteúdos e adequá-los a seus interesses.

O movimento das classes sociais, naqueles anos — entre as décadas de vinte e quarenta do século XIX —, mostra inequivocamente que estava montado um novo cenário de confrontos: não mais entre a burguesia (que, antes, liderara o *Terceiro Estado*) e a nobreza, mas entre a burguesia e segmentos trabalhadores, com destaque para o jovem proletariado. Se o *movimento ludista* inglês fora derrotado pouco antes, a ele substituiu-se o *movimento cartista*; e, no continente, avolumam-se as rebeliões e insurreições. Todo esse processo vai explodir nas revoluções de 1848: nas convulsões que abalam a Europa, um novo antagonismo social central está agora na ordem do dia — dois protagonistas começam a se enfrentar diretamente, a burguesia conservadora e o proletariado revolucionário.

No plano das ideias, 1848 assinala uma inflexão de significado histórico-universal: a burguesia abandona os principais valores da cultura ilustrada e ingressa no ciclo da sua *decadência ideológica*, caracterizado por sua incapacidade de classe para propor alternativas emancipadoras; a herança ilustrada passa às mãos do proletariado, que se situa, então, como sujeito revolucionário.

É nesse contexto que se compreende a crise da Economia Política clássica — sua crise é parte daquela inflexão, ocasionada pela conversão da burguesia em classe conservadora. Na medida em que expressa os ideais da burguesia *revolucionária*, a Economia Política clássica torna-se incompatível com os interesses da burguesia *conservadora*. Não é casual, portanto, que o pensamento burguês pós-1848 abandone as conquistas teóricas da Economia Política clássica — como também não é casual que tais conquistas se transformem num legado a ser assumido pelos pensadores vinculados ao proletariado.

Uma observação é suficiente para indicar a incompatibilidade da Economia Política clássica com os interesses da burguesia convertida em classe dominante e conservadora. Trata-se do modo como aquela enfrentou o problema da riqueza social (ou, mais exatamente, da *criação de valores*): para os *clássicos*, **o valor é produto do trabalho**. Se essa concepção era útil à burguesia que se confrontava com o parasitismo da nobreza, deixou de sê-lo quando pensadores ligados ao proletariado começaram a extrair dela consequências socialistas. A teoria clássica do *valor-trabalho* (cf. adiante, no Capítulo 1, o item 1.4), que fora uma arma da burguesia na crítica ao *Antigo Regime*, torna-se agora uma crítica ao regime burguês: nas mãos de pensadores vinculados ao proletariado, a teoria do *valor-trabalho* serve para investigar e demonstrar o **caráter explorador** do capital (representado pela burguesia) em face do trabalho (representado pelo proletariado). Os *clássicos* puderam desenvolver a teoria do *valor-trabalho* porque pesquisavam a vida social e econômica **a partir da produção dos bens materiais, e não da sua distribuição**; por isso, não só a teoria do valor-trabalho era incompatível com os interesses da burguesia conservadora: também o era a pesquisa da vida social fundada no estudo da produção econômica.

Compreende-se, assim, que, após 1848, tanto a teoria do valor-trabalho quanto a investigação social e econômica a partir da análise da produção tenham sido abandonadas pelo pensamento burguês conservador; mais do que isso: foram consideradas “extracientíficas” pela *Economia* que, a partir da segunda metade do século XIX, substituiu — na cultura burguesa e especialmente nos meios acadêmicos — a Economia Política clássica. E se compreende também que ambas, a teoria do valor-trabalho e a análise social e econômica a partir da produção, tenham sido recuperadas pelos pensadores vinculados aos interesses das massas trabalhadoras.

Se, entre 1825/1830 e 1848, a Economia Política clássica experimenta a sua crise, na segunda metade do século a sua inteira dissolução está consumada — e isso se verifica até mesmo pelo desuso da expressão *Economia Política*. De fato, o que resulta da dissolução da Economia Política clássica são duas linhas de desenvolvimento teórico mutuamente excludentes: a investigação conduzida pelos pensadores vinculados à ordem burguesa e a investigação realizada pelos intelectuais vinculados ao proletariado (com Karl Marx à frente). Nos dois casos, a antiga expressão é deslocada: no primeiro, é abandonada e substituída pela nomenclatura mais simples de *Economia*;<sup>6</sup> quanto a Marx, ele sempre se refere à sua pesquisa como *crítica da Economia Política*. E, em ambos os casos, a mudança de nomenclatura sinaliza alterações substantivas na concepção teórica, relativas aos valores, ao objeto, ao objetivo e ao método de pesquisa.

A *Economia* vai se desenvolver no sentido de uma disciplina científica estritamente especializada, depurando-se de preocupações históricas, sociais e políticas. Tais preocupações serão postas à conta das outras *ciências sociais* que se articulam na sequência de 1848: a História, a Sociologia e a Teoria (ou Ciência) Política. No marco dessa “divisão intelectual do trabalho científico”, a Economia se especializa, institucionaliza-se como disciplina particular, específica, marcadamente técnica, que ganha estatuto científico-acadêmico. Adequada à ordem social da burguesia conservadora, torna-se basicamente instrumental e desenvolve um enorme arsenal técnico (valendo-se intensivamente de modelos matemáticos). Ela renuncia a qualquer pretensão de fornecer as bases para a compreensão do conjunto da vida social e, principalmente, deixa de lado procedimentos analíticos que partem da produção — analisa preferencialmente a superfície imediata da vida econômica (os fenômenos da *circulação*), privilegiando o estudo da *distribuição* dos bens produzidos entre os agentes econômicos e quando, excepcionalmente, atenta para a produção, aborda-a de modo a ladear a teoria do valor-trabalho.

Tal Economia, cujos esboços aparecem nos textos de autores que Marx qualificou como *economistas vulgares*,<sup>7</sup> tem as suas primeiras formulações mais

---

6. Esta substituição — *Political Economy* por *Economics* — foi consagrada com a publicação, em 1890, dos influentes *Principles of Economics* [Princípios de Economia], de Alfred Marshall (1842-1924).

7. Para Marx, entre outros, eram típicos representantes da “economia vulgar” William Nassau Senior (1790-1864), Frédéric Bastiat (1801-1850) e John Stuart Mill (1806-1873).

acabadas nas obras de William S. Jevons (1835-1882), Carl Menger (1840-1921) e Léon Walras (1834-1910). No curso do seu desenvolvimento, do fim do século XIX até os dias atuais, ela evoluiu no sentido de inúmeras especialidades e se diferenciou numa diversidade de “escolas”, lideradas, em alguns casos, por intelectuais muito qualificados.<sup>8</sup> Perfeitamente integrada nos circuitos universitários, legitimou-se produzindo um corpo de profissionais credenciados para atuar como gestores nas empresas capitalistas e na administração pública.

A constituição dessa “ciência econômica” marca uma verdadeira *ruptura* em face da Economia Política clássica. Desta, ela herdou uma característica: a consideração das categorias econômicas próprias do regime burguês como realidades supra-históricas, eternas, que não devem ser objeto de transformação estrutural, senão ao preço da destruição da “ordem social”; assim, para essa “ciência econômica”, *propriedade privada, capital, salário, lucro* etc. fazem parte, natural e necessariamente, de qualquer forma de organização social “normal”, “civilizada”, e devem sempre ser preservados. Mas a “ciência econômica” abandonou resolutamente as ideias que, formuladas pela Economia Política clássica, poderiam constituir elementos de crítica ao regime burguês (por exemplo, a teoria do valor-trabalho, que foi substituída pela teoria da “utilidade marginal”) e, com esse procedimento de princípio, tornou-se um importante instrumento de administração, manipulação e legitimação da ordem comandada pela burguesia.

Não é a essa tradição teórica e política que se vincula a argumentação que desenvolveremos nas páginas subsequentes. A opção teórico-política que sustenta as ideias apresentadas neste livro remete à crítica da Economia Política elaborada por Marx.

## A crítica da Economia Política

Karl Marx (1818-1883) aproximou-se das ideias revolucionárias que germinavam no movimento operário europeu pouco depois de haver concluído o seu curso de Filosofia (1841) — e, de 1844 até sua morte, todos os

---

8. Entre os quais cabe destaque para o austríaco Joseph A. Schumpeter (1883-1950) e o inglês John Maynard Keynes (1883-1946).

seus esforços foram dirigidos para contribuir na organização do proletariado para que este, rompendo com a dominação de classe da burguesia, realizasse a emancipação humana.

Para Marx, o êxito do protagonismo revolucionário do proletariado dependia, em larga medida, do *conhecimento rigoroso* da realidade social. Ele considerava que a *ação revolucionária* seria tanto mais eficaz quanto mais estivesse fundada não em concepções utópicas, mas numa *teoria social* que reproduzisse idealmente (ou seja, no plano das ideias) o movimento real e objetivo da sociedade capitalista. Por isso, na perspectiva de Marx, a *verdade* e a *objetividade* do conhecimento teórico não são perturbadas ou prejudicadas pelos *interesses de classe* do proletariado; ao contrário: na medida em que o sucesso da ação revolucionária da classe operária depende do conhecimento verdadeiro da realidade social, o ponto de vista (ou a perspectiva) que se vincula aos interesses do proletariado é exatamente aquele que favorece a elaboração de uma teoria social que dá conta do efetivo movimento da sociedade.

É assim que, ligado à classe operária e sob o estímulo de Friedrich Engels (1820-1895), seu camarada de ideias e de lutas, Marx articulou, numa pesquisa que cobriu quase quarenta anos de trabalho intelectual, a teoria social que esclarece o surgimento, o processo de consolidação e desenvolvimento e as condições de crise da sociedade burguesa (capitalista). Das pesquisas de Marx resultou que a sociedade burguesa não é uma organização social “natural”, destinada a constituir o ponto final da evolução humana; resultou, antes, que é uma forma de organização social *histórica, transitória*, que contém no seu próprio interior contradições e tendências que possibilitam a sua superação, dando lugar a outro tipo de sociedade — precisamente a *sociedade comunista*, que também não marca o “fim da história”, mas apenas o ponto inicial de uma nova história, aquela a ser construída pela humanidade *emancipada*.

A teoria social de Marx foi elaborada a partir da *cultura ilustrada* a que já fizemos referência. Herdeiro intelectual da Ilustração, Marx beneficiou-se de seus principais frutos: a filosofia clássica alemã (notadamente o *método dialético* de Georg W. F. Hegel [1770-1831]), a *crítica social* dos pensadores utópicos (especialmente Charles Fourier [1772-1837] e Robert Owen [1771-1858]) e a *Economia Política clássica*. Esta última, com efeito, está na base da teoria social de Marx: a sua crítica é um dos suportes da teoria social

marxiana e não é por acaso que a principal obra de Marx, *O capital*, tenha por subtítulo a expressão *crítica da economia política*.<sup>9</sup>

A crítica marxiana à Economia Política não significou a negação teórica dos *clássicos*; significou a sua **superação**, incorporando as suas conquistas, mostrando os seus limites e desconstruindo os seus equívocos. Antes de mais, Marx *historicizou* as categorias manejadas pelos *clássicos*, rompendo com a naturalização que as pressupunha como eternas; e pôde fazê-lo porque empregou na sua análise um *método novo* (o método *crítico-dialético*, conhecido como *materialismo histórico*). Realizando uma autêntica revolução teórica, Marx jogou toda a força da sua preparação científica, da sua cultura e das suas energias intelectuais numa pesquisa determinada: a análise das leis do movimento do capital; essa análise constitui a base para apreender a dinâmica da sociedade burguesa (capitalista), já que, nessa sociedade, o conjunto das relações sociais está subordinado ao comando do capital. Por isso, a própria obra marxiana só foi possível pela existência prévia da Economia Política clássica, uma vez que nesta se encontravam elementos que, submetidos a um tratamento historicizante e considerados sob nova perspectiva metodológica, sinalizavam o movimento e o comando do capital.

## A Economia Política marxista

A crítica da Economia Política clássica realizada por Marx possibilitou o conhecimento teórico da estrutura e da dinâmica económicas da sociedade burguesa. A análise das leis de movimento do capital e as descobertas marxianas operadas na segunda metade do século XIX continuam válidas até hoje porquanto, corridos cento e cinquenta anos, a nossa sociedade permanece subordinada aos ditames do capital. Nesse lapso temporal, porém e compreensivelmente, a sociedade burguesa experimentou transformações muito profundas e emergiram fenômenos e processos que não foram estudados por Marx.

---

9. *O capital. Crítica da economia política* compreende três livros em seis volumes; só o primeiro livro foi publicado por Marx (1867); o segundo e o terceiro foram editados por Engels (respectivamente em 1885 e 1894); um quarto livro d'*O capital*, que compreende três volumes, foi publicado (por Karl Kautsky, entre 1905 e 1910) e editado no Brasil sob o título *Teorias da mais-valia*. Recorde-se que, em 1859, Marx já publicara uma obra intitulada *Para a crítica da economia política*.

Ao longo do século XX, esses fenômenos e processos foram o alvo da pesquisa de analistas que, inspirados por Marx (especialmente incorporando o seu método crítico-dialético), procuraram esclarecê-los e integrá-los ao corpo teórico instaurado pelo autor d'*O capital*, construindo o que se pode designar como Economia Política marxista.<sup>10</sup> Nesse esforço para ampliar o estoque de conhecimentos, realizaram-se muitos avanços e novas descobertas se efetivaram — mas o campo da Economia Política marxista registra no seu interior inúmeras polêmicas, confrontos de ideias e de posições. Se há consenso sobre várias questões e problemas novos, também há discrepâncias e dissensos e, curiosamente, o debate envolve até mesmo o próprio objeto da Economia Política marxista.

Neste livro, partiremos da concepção geral que foi enunciada por Engels, segundo a qual a Economia Política, “no sentido mais amplo, é a ciência das leis que regem a produção e a troca dos meios materiais de subsistência na sociedade humana” (Engels, 1972, p. 158); contudo, essa concepção será considerada com a ênfase posta por Lênin: “o objeto da Economia Política não é simplesmente a ‘produção’, mas as relações sociais que existem entre os homens na produção, a estrutura social da produção” (Lênin, 1982, p. 29).

Desenvolvendo e sistematizando tal concepção, o professor Oskar Lange afirma que o objeto da Economia Política é a *atividade econômica*, ou seja, a produção e a distribuição dos bens com os quais os homens satisfazem as suas necessidades individuais ou coletivas; essa produção e distribuição constituem o *processo econômico*, e “o objetivo da Economia Política [...] é estudar as leis sociais que regulam o processo econômico”. Em suma, “a Economia Política é a ciência das leis sociais da atividade econômica” (Lange, 1963, p. 19).

No presente texto, nosso objeto é a atividade econômica sobre a qual se estrutura a nossa sociedade, a sociedade burguesa. O leitor terá aqui, numa exposição panorâmica, uma síntese das análises desenvolvidas pela Economia Política marxista e, com ela, pretendemos oferecer elementos que julgamos fundamentais para a formação universitária de estudantes das ciências sociais e humanas e, especialmente, para a formação profissional dos assistentes sociais.

---

10. Nos limites deste livro é impossível consignar o conjunto desses autores; indiquemos apenas, quase aleatoriamente e tão-somente, os nomes de R. Luxemburgo (1871-1919), V. I. Lênin (1870-1924), N. I. Bukharin (1888-1938), R. Hilferding (1877-1941), E. Varga (1879-1964), O. Lange (1904-1965), M. Dobb (1900-1976), P. A. Baran (1910-1964), P. M. Sweezy (1910-2004), U. Kozo (1897-1977), E. Mandel (1923-1995), I. Mészáros (1930) e F. Chesnais (1934).

## Sugestões bibliográficas

O contexto histórico em que se dá a afirmação e a crise da Economia Política clássica é adequadamente reconstruído em dois livros de E. J. Hobsbawm, *A era das revoluções. 1789-1848* e *A era do capital. 1848-1875* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988 e 1982). Acerca do *ludismo* e do *cartismo*, tratados sinteticamente por W. Abendroth (*A história social do movimento trabalhista europeu*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977), há análises detalhadas em E. P. Thompson (*A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 3 v.).

O processo revolucionário de 1848 pode ser apreciado na leitura de Fernando Claudín, *Marx, Engels y la revolución del 1848* (México: Siglo XXI, 1975); suas implicações culturais são exploradas no ensaio de Georg Lukács sobre “Marx e o problema da decadência ideológica” (*Marxismo e teoria da literatura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968) e no capítulo I do livro de Carlos Nelson Coutinho, *O estruturalismo e a miséria da razão* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972).

A discussão sobre a objetividade nas teorias e ciências sociais é bem conduzida por Michael Löwy: *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen* (São Paulo: Cortez, 1994). Num registro mais polêmico e contundente, essa discussão encontra-se nas partes I, II e III de *Filosofia, ideologia e ciência social: ensaios de negação e afirmação*, de István Mészáros (São Paulo: Ensaio, 1993).

Para uma aproximação à história da Economia Política, são proveitosas as páginas de Joseph A. Schumpeter, *Teorias econômicas — de Marx a Keynes* (Rio de Janeiro: Zahar, 1970), de Claudio Napoleoni, *Smith, Ricardo e Marx. Considerações sobre a história do pensamento econômico* (Rio de Janeiro: Graal, 1983) e de Francisco J. S. Teixeira, *Trabalho e valor. Contribuição para a crítica da razão econômica* (São Paulo: Cortez, 2004).

Uma erudita análise do jusnaturalismo encontra-se na primeira parte da obra de Norberto Bobbio e Michelangelo Bovero, *Sociedade e Estado na filosofia política moderna* (São Paulo: Brasiliense, 1986); um tratamento didático do liberalismo é oferecido por Andrew Vincent no segundo capítulo de *Ideologias políticas modernas* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar,

1995). Quanto à relação Ilustração/Modernidade, vale a consulta ao quarto ensaio do livro de Sérgio Paulo Rouanet, *Mal-estar na modernidade* (São Paulo: Companhia das Letras, 1993).

A problemática da emancipação humana foi classicamente formulada por Marx em *Para a questão judaica* (Lisboa: Avante!, 1997). No que tange ao método de Marx, sua análise rigorosa deve-se a Georg Lukács: *Ontologia do ser social. Os princípios ontológicos fundamentais de Marx* (São Paulo: Ciências Humanas, 1979); aproximações sucintas, referenciadas à Economia Política, encontram-se na abertura da parte I de Paul M. Sweezy, *Teoria do desenvolvimento capitalista* (Rio de Janeiro: Zahar, 1962) e no ensaio de Aloisio Teixeira, “Marx e a economia política: a crítica como conceito”, publicado na revista *Econômica* (Niterói: Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal Fluminense, v. II, n. 4, dez. 2000).

## Capítulo 1

# Trabalho, sociedade e valor

Já vimos, na Introdução, que o objetivo da Economia Política é o estudo das leis sociais que regulam a produção e a distribuição dos meios que permitem a satisfação das necessidades dos homens, historicamente determinadas. Tais meios — que, em seu conjunto, representam a *riqueza social* — asseguram aquela satisfação, sem a qual a sociedade não pode manter-se e reproduzir-se. Assim, pois, o objeto da Economia Política são as relações sociais próprias à *atividade econômica*, que é o processo que envolve a produção e a distribuição dos bens que satisfazem as necessidades individuais ou coletivas dos membros de uma sociedade.

Na base da atividade econômica está o *trabalho* — é ele que torna possível a produção de qualquer bem, criando os *valores* que constituem a riqueza social. Por isso, os economistas políticos sempre concederam ao trabalho uma importância especial em seus estudos.

Entretanto, o trabalho é muito mais que um tema ou um elemento teórico da Economia Política. De fato, trata-se de uma categoria que, além de indispensável para a compreensão da atividade econômica, faz referência ao próprio modo de ser dos homens e da sociedade. Por essa razão, neste capítulo não trataremos o trabalho apenas como pertinente à Economia Política, mas indicaremos sobretudo algumas das determinações que fazem dele uma categoria central para a compreensão do próprio fenômeno humano-social. Só ao final deste capítulo, depois dessas considerações mais

abrangentes, é que retomaremos a argumentação mais pertinente à Economia Política.

### 1.1. Trabalho: transformação da natureza e constituição do ser social

Como observaremos mais adiante, as condições materiais de existência e reprodução da sociedade — vale dizer, a satisfação material das necessidades dos homens e mulheres que constituem a sociedade — obtêm-se numa interação com a natureza: a sociedade, através dos seus membros (homens e mulheres),<sup>1</sup> transforma matérias naturais em produtos que atendem às suas necessidades. Essa transformação é realizada através da atividade a que denominamos *trabalho*.

Sabe-se que atividades que atendem a necessidades de sobrevivência são generalizadas entre espécies animais — pense-se, por exemplo, no ciclo de vida de alguns pássaros, de alguns roedores e de certas colônias de insetos (estas, aliás, podem apresentar complexa organização gregária). Tais atividades, contudo, processam-se no interior de circuitos estritamente naturais: realizam-se no marco de uma herança *determinada geneticamente* (o João-de-Barro nasce “programado” para construir sua casa, as abelhas nascem “programadas” para construir colmeias e recolher pólen etc.), numa *relação imediata* entre o animal e o seu meio ambiente (os animais atuam diretamente sobre a matéria natural) e satisfazem, sob formas em geral fixas, necessidades *biologicamente estabelecidas* (necessidades praticamente invariáveis).

O que chamamos *trabalho* é algo substantivamente diverso dessas atividades. Na medida em que foi se estruturando e desenvolvendo ao longo de um larguíssimo decurso temporal, o trabalho *rompeu* com o padrão *natural* daquelas atividades:

- em primeiro lugar, porque *o trabalho não se opera com uma atuação imediata sobre a matéria natural*; diferentemente, ele exige *instrumentos* que, no seu desenvolvimento, vão cada vez mais se interpondo entre aqueles que o executam e a matéria;

---

1. Ao longo deste livro, a partir de agora, quando nos referimos apenas a *homem/homens* para não repetir *homem e mulher/homens e mulheres*, estamos remetendo aos membros do *gênero humano*, constituído necessária e concretamente por homens e mulheres.

- em segundo lugar, porque *o trabalho não se realiza cumprindo determinações genéticas*; bem ao contrário, passa a exigir *habilidades e conhecimentos* que se adquirem inicialmente por repetição e experimentação e que se transmitem mediante *aprendizado*;
- em terceiro lugar, porque *o trabalho não atende a um elenco limitado e praticamente invariável de necessidades*, nem as satisfaz sob *formas fixas*; se é verdade que há um conjunto de necessidades que sempre deve ser atendido (alimentação, proteção contra intempéries, reprodução biológica etc.), as *formas* desse atendimento variam muitíssimo e, sobretudo, implicam o desenvolvimento, quase sem limites, de *novas necessidades*.

Essas características do trabalho *não* são próprias das atividades determinadas pela natureza; elas configuram, em relação à vida natural, um *tipo novo de atividade*, exclusivo de uma espécie animal, só por ela praticado — espécie que, precisamente por essa prática, *diferencia-se e distancia-se da natureza*. Essa atividade, quando inteiramente desenvolvida, é o trabalho. Antes de prosseguir com a nossa argumentação, é preciso aprofundar as anotações anteriores, que permitem distinguir o trabalho de qualquer outra atividade *natural*. Para fazê-lo, vale a pena tomar como referência algumas reflexões de Marx:

[...] O trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. [...] Não se trata aqui das primeiras formas instintivas, animais, de trabalho. [...] Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural, o seu objetivo. [...] Os elementos simples do processo de trabalho são a atividade orientada a um fim ou o trabalho mesmo, seu objeto e seus meios. [...] O processo de trabalho [...] é a atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidades humanas, condição universal

do metabolismo entre o homem e a natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, [...] comum a todas as suas formas sociais (Marx, 1983, p. 149-150, 153).

À diferença das atividades naturais, o trabalho se especifica por uma *relação mediada* entre o seu sujeito (aqueles que o executam, homens em sociedade) e o seu objeto (as várias formas da natureza, orgânica e inorgânica). Seja um machado de pedra lascada ou uma perfuradora de poços de petróleo com comando eletrônico, entre o sujeito e a matéria natural há sempre um meio de trabalho, um *instrumento* (ou um conjunto de instrumentos) que torna *mediada* a relação entre ambos. E a natureza não cria instrumentos: estes são produtos, mais ou menos elaborados, do próprio sujeito que trabalha. A criação de instrumentos de trabalho, mesmo nos níveis mais elementares da história, coloca para o sujeito do trabalho o *problema dos meios e dos fins* (finalidades) e, com ele, o *problema das escolhas*: se um machado mais longo ou mais curto é ou não adequado (*útil, bom*) ao fim a que se destina (a caça, a autodefesa etc.).

Esses dois problemas, postos pelo trabalho, determinam, para a sua efetivação, componentes muito especiais. De uma parte, o *fim* (a finalidade) é como que *antecipado* nas representações do sujeito: idealmente (mentalmente, no seu cérebro), *antes* de efetivar a atividade do trabalho, o sujeito *prefigura* o resultado da sua ação. Não é importante saber em que medida o fim a ser alcançado corresponderá mais ou menos à idealização (prefiguração) do sujeito; importante é destacar que sua atividade parte de uma finalidade que é antecipada idealmente, é sublinhar que sua atividade tem como ponto de partida uma intencionalidade prévia — mais exatamente, é importante ressaltar que o trabalho é uma atividade projetada, *teleologicamente direcionada*, ou seja: conduzida a partir do fim proposto pelo sujeito. Entretanto, se essa prefiguração (ou, no dizer de Lukács, essa *prévia ideação*) é indispensável à efetivação do trabalho, ela em absoluto o realiza: *a realização do trabalho só se dá quando essa prefiguração ideal se objetiva, isto é, quando a matéria natural, pela ação material do sujeito, é transformada*. O trabalho implica, pois, um movimento indissociável em dois planos: num plano *subjetivo* (pois a prefiguração se processa no âmbito do sujeito) e num plano *objetivo* (que resulta na transformação material da natureza); assim, a realização do trabalho constitui uma **objetivação** do sujeito que o efetua.

De outra parte, tanto o fim quanto os meios do trabalho põem ao sujeito exigências e impõem a ele condições que vão além das determinações naturais. Em primeiro lugar, o sujeito deve fazer *escolhas* entre alternativas concretas; tais escolhas não se devem a pulsões naturais, mas a *avaliações* que envolvem elementos (*útil, inútil, bom, mau* etc.) pertinentes à obtenção dos resultados do trabalho. Em segundo lugar, as objetivações em que se realiza o trabalho (seus produtos), tendo por matéria a natureza, enquanto efetividades, *não se identificam com o sujeito*: elas e o sujeito têm existência autônoma (o machado de pedra passa a ter uma existência independente do seu criador, o refúgio construído existe independentemente do seu construtor) — é assim, pois, que, no trabalho, surge primariamente a distinção e a relação entre *sujeito* (aquele que realiza a ação) e *objeto* (a matéria, o instrumento e/ou o produto do trabalho). Em terceiro lugar, a questão dos meios e dos fins do trabalho põe duas ordens de exigências interligadas, sem a solução das quais o trabalho é inviável: o *conhecimento* sobre a natureza e a *coordenação múltipla* necessária ao sujeito.

Tanto a feitura de instrumentos quanto a de produtos (da produção de um machado até a confecção de um instrumento mais complexo, da construção de um abrigo de pedra ao erguimento de um arranha-céu) exige que o sujeito *conheça* as propriedades da natureza. Não basta prefigurar idealmente o fim da atividade para que o sujeito realize o trabalho; é preciso que ele reproduza, também idealmente, as *condições objetivas* em que atua (a dureza da pedra etc.) e possa *transmitir a outrem* essas representações. Estas, a pouco e pouco, tendem a se desprender da experiência empírica imediata — tendem a recobrir outras situações, projetadas para outros lugares e tempos; ou seja: a partir das experiências imediatas do trabalho, o sujeito se vê impulsado e estimulado a generalizar e a *universalizar* os saberes que detém. Ora, tudo isso requer um sistema de **comunicação** que não deriva de códigos genéticos, uma vez que se relaciona a fenômenos que não se configuram como processos naturais, mas a fenômenos surgidos no âmbito do ser que trabalha — por isso, o trabalho requer e propicia a constituição de um tipo de linguagem (a **linguagem articulada**) que, além de *aprendida*, é condição para o aprendizado. Através da linguagem articulada, o sujeito do trabalho expressa as suas representações sobre o mundo que o cerca.

Contudo, aqui, a comunicação é tanto mais necessária se se leva em conta que o trabalho jamais é um processo capaz de surgir, de se desenvolver

ou, ainda, de se realizar, em qualquer tempo, como atividade isolada de um ou outro membro da espécie humana. **O trabalho é, sempre, atividade coletiva:** seu sujeito nunca é um sujeito isolado, mas sempre se insere num conjunto (maior ou menor, mais ou menos estruturado) de outros sujeitos. Essa inserção exige não só a coletivização de conhecimentos, mas sobretudo implica convencer ou obrigar outros à realização de atividades, organizar e distribuir tarefas, estabelecer ritmos e cadências etc. — e tudo isso, além de somente ser possível com a comunicação propiciada pela linguagem articulada, não está regido ou determinado por regularidades biológicas; conseqüentemente, o caráter coletivo do trabalho não se deve a um *gregarismo* que tenha raízes naturais, mas, antes, expressa um tipo específico de vinculação entre membros de uma espécie que já não obedece a puros determinismos orgânico-naturais. Esse caráter coletivo da atividade do trabalho é, substantivamente, aquilo que se denominará de **social**.

Como se pode observar, portanto, o trabalho não transforma apenas a matéria natural, pela ação dos seus sujeitos, numa interação que pode ser caracterizada como o *metabolismo entre sociedade e natureza*. O trabalho implica mais que a *relação sociedade/natureza*: implica uma *interação no marco da própria sociedade*, afetando os seus sujeitos e a sua organização. O trabalho, através do qual o sujeito transforma a natureza (e, na medida em que é uma transformação que se realiza *materialmente*, trata-se de uma transformação **prática**), transforma também o seu sujeito: foi através do trabalho que, de grupos de primatas, surgiram os primeiros grupos humanos — numa espécie de *salto* que fez emergir um novo tipo de ser, distinto do ser natural (orgânico e inorgânico): o **ser social**.

Nossa argumentação chega, agora, a um momento extremamente importante: estamos afirmando que o trabalho, tal como o viemos caracterizando até aqui, só deve ser pensado como a atividade exercida exclusivamente por homens, membros de uma sociedade, atividade através da qual — transformando formas naturais em produtos que satisfazem necessidades — se cria a riqueza social; estamos afirmando mais: que o trabalho não é apenas uma atividade específica de homens em sociedade, mas é, também e ainda, o processo histórico pelo qual surgiu o ser desses homens, o **ser social**. Em poucas palavras, *estamos afirmando que foi através do trabalho que a humanidade se constituiu como tal*. É preciso que nos detenhamos, mesmo que brevemente, nessa questão essencial.

## 1.2. Trabalho, natureza e ser social

*A sociedade não pode existir sem a natureza — afinal, é a natureza, transformada pelo trabalho, que propicia as condições da manutenção da vida dos membros da sociedade. Toda e qualquer sociedade humana tem sua existência hipotecada à existência da natureza — o que varia historicamente é a modalidade da relação da sociedade com a natureza: variam, ao longo da história, os tipos de transformação que, através do trabalho, a sociedade opera nos elementos naturais para deles se servir, bem como os meios empregados nessa transformação. Vale dizer: modificam-se, ao longo da história da humanidade, as formas de produção material da vida social e, por conseguinte, as condições materiais de existência nas quais vivem os homens. Mas é invariável o fato de que a reprodução da sociedade depende da existência da natureza (a natureza, porém, pode existir e subsistir sem a sociedade).*

Por *natureza* entendemos o conjunto dos seres que conhecemos no nosso universo, seres que precederam o surgimento dos primeiros grupos humanos e continuaram a existir e a se desenvolver depois desse surgimento. Ela se compõe de seres que podem ser agrupados em dois grandes níveis: aqueles que não dispõem da propriedade de se reproduzir (a natureza *inorgânica*) e aqueles que possuem essa propriedade, os seres vivos, vegetais e animais (a natureza *orgânica*). A distinção entre os níveis inorgânico e orgânico, contudo, não significa a existência de uma “dupla natureza” — de fato, a natureza é uma *unidade*, articulando seus diferentes níveis numa *totalidade complexa*.

Não há estudos científicos conclusivos que expliquem suficientemente como se deu a diversificação entre os níveis inorgânico e orgânico; sabe-se, apenas, que o surgimento da *vida*, ligado a complexos processos físico-químicos, foi produto de um longo caminho evolutivo, ao cabo do qual, sobre a base da matéria inorgânica, emergiu um **novo tipo de ser**, dotado da capacidade de se reproduzir: o *ser vivo, orgânico*. Esse surgimento configurou uma espécie de *salto qualitativo* na dinâmica da matéria inorgânica (até então, a única forma de existência da natureza), uma vez que a *passagem do inorgânico ao orgânico* fez aparecer na natureza um tipo de ser com uma estrutura de *complexidade diferente e maior*, cujas características não podem ser deduzidas das características da matéria inorgânica. As condições que propiciaram

aquele *salto*, que inscreveu a *vida* no universo que conhecemos, ainda permanecem como objeto de pesquisa (e de polêmica) entre os especialistas e mesmo as hipóteses mais ousadas propostas pela ciência contemporânea carecem de plena comprovação e consensualidade.

As formas elementares desse novo ser vivo, capazes de se manter e reproduzir apenas no quadro de mútuas interações e de interações com a natureza inorgânica, também mediante processos evolutivos complicados e muitíssimo largos em termos temporais, diferenciaram-se enormemente e se desenvolveram a ponto de constituir organismos animais bastante complexos, verdadeiramente superiores na escala natural — os mamíferos *primatas*. As indicações científicas disponíveis mais seguras permitem afirmar que foi dos primatas, *através de outro salto qualitativo*, sobre o qual carecemos de conhecimentos detalhados (embora existam várias hipóteses), que surgiu a **espécie humana**.

Trata-se, mesmo, de um outro *salto* — o surgimento da espécie humana não configura uma necessidade da evolução biológica nem o desdobramento de uma programação genética: foi uma autêntica ruptura nos mecanismos e regularidades naturais, uma passagem casual como a da natureza inorgânica à orgânica e foi precedida, certamente, de modificações ocorrentes numa escala temporal de largo curso. A espécie humana desenvolve-se como um outro **novo tipo de ser**, até então inexistente, e cujas peculiaridades não se devem à herança biológica nem a condições geneticamente predeterminadas: um modo de ser radicalmente inédito, o **ser social**, dotado de uma complexidade de novo tipo e exponencialmente maior que a verificável na natureza (inorgânica e orgânica).

Na base desse *salto* está um fenômeno desconhecido no mundo natural: está uma atividade que grupos de primatas começaram a exercitar e que responde pelo desenvolvimento que os distinguiria e destacaria de todas as outras formas vivas. Uma atividade que se inscrevia no conjunto de esforços que os grupos tinham de efetivar para sobreviver — esforços voltados para extrair da natureza os meios de manter e reproduzir a sua vida, voltados para atender às necessidades elementares de manutenção e reprodução física dos grupos e seus membros. Essa atividade desencadeou *transformações substantivas* em tais grupos e seus membros: o seu exercício determinou o surgimento de relações e desdobramentos inexistentes na natureza. Essa atividade, num grau de desenvolvimento que certamente demandou um

dilatadíssimo lapso de tempo,<sup>2</sup> adquiriu características especiais, configurando o que já denominamos *trabalho*. Noutras palavras: foi através do trabalho — tal como o sinalizamos nas páginas precedentes — que grupos de primatas se transformaram em grupos humanos, *foi através do trabalho que a humanidade se constituiu como tal*. Ou, se se quiser: *o trabalho é fundante do ser social*, precisamente porque é de ser social que falamos quando falamos de humanidade (sociedade).

A sociedade não é simplesmente o agregado dos homens e mulheres que a constituem, não é um somatório deles, nem algo que paira acima deles; por outro lado, os membros da sociedade não são átomos, nem mônadas, que reproduziriam a sociedade em miniatura. Não se pode separar a sociedade dos seus membros: *não há sociedade sem que estejam em interação os seus membros singulares, assim como não há seres sociais singulares (homens e mulheres) isolados, fora do sistema de relações que é a sociedade*. O que chamamos sociedade são os modos de existir do ser social; é na sociedade e nos membros que a compõem que o ser social existe: *a sociedade, e seus membros, constitui o ser social e dele se constitui*.

O surgimento do ser social foi o resultado de um processo mensurável numa escala de milhares de anos. Através dele, uma espécie natural, sem deixar de participar da natureza, transformou-se, através do trabalho, em algo *diverso* da natureza — mas essa transformação deveu-se à sua própria atividade, o *trabalho*: foi mediante o trabalho que os membros dessa espécie se tornaram seres que, a partir de uma base natural (seu corpo, suas pulsões, seu metabolismo etc.), desenvolveram características e traços que os distinguem da natureza. Trata-se do processo no qual, mediante o trabalho, os homens produziram-se a si mesmos (isto é, se *autoproduziram* como resultado de sua própria atividade), tornando-se — para além de seres naturais — seres sociais. Numa palavra, este é o processo da **história**: o processo pelo

---

2. Em todo este capítulo, menciona-se que os processos aqui relacionados implicaram longos períodos de tempo. Com efeito, pesquisas arqueológicas e antropológicas indicam que a primeira forma hominídea (*Australopithecus anamensis*) surgiu sobre a Terra há cerca de 4 milhões de anos e que a evolução que levou ao aparecimento da forma hominídea de que descendemos (*Homo sapiens sapiens*) culminou há cerca de cem mil anos. Até à invenção da escrita, o aparecimento do homem configura a chamada “Pré-história”, que geralmente se divide em três períodos: o *paleolítico* (“idade da pedra lascada”), que se estendeu por mais de 2,5 milhões de anos; o *neolítico* (“idade da pedra polida”), iniciado há mais de 20 mil anos (a transição do paleolítico ao neolítico designa-se por *mesolítico*) e a *idade dos metais*, que começou por volta de 6.000 a.C.

qual, sem perder sua base orgânico-natural, uma espécie da natureza constituiu-se como espécie **humana** — assim, a história aparece como a história do desenvolvimento do ser social, como processo de **humanização**, como processo da produção da humanidade através da sua autoatividade; o desenvolvimento histórico é o desenvolvimento do ser social.

Esse desenvolvimento supõe as estruturas naturais, supõe a *naturalidade* do homem (seu corpo etc.). O desenvolvimento do ser social não a suprime — o homem terá, sempre, uma naturalidade que indica a sua condição originária de ser da natureza. Constituindo-se a partir dela, o desenvolvimento do ser social faz com que ela perca, cada vez mais, a força de determinar o comportamento humano: o que é próprio do desenvolvimento do ser social consiste, sem eliminar a naturalidade do homem, em *reduzir* o seu peso e a sua gravitação na vida humana — quanto mais o homem se humaniza, quanto mais se torna ser social, tanto menos o ser natural é determinante em sua vida. Dois exemplos podem ilustrar o que estamos afirmando.

O primeiro diz respeito à *fome*. A fome é a sinalização natural de que o organismo necessita de insumos (calóricos, protéicos) para a continuidade do seu funcionamento. Sob esse aspecto, a fome de um homem não se distingue da fome de um cão. Entretanto, a satisfação da fome *humana* é radicalmente distinta da satisfação da fome animal (natural): implica procedimentos de transformação do insumo (o alimento), implica valores e rituais. Um cão faminto recolherá seu alimento onde e sob a forma em que o encontrar; o comportamento do leitor deste livro, quando estiver com fome, será inteiramente diverso — certamente só a satisfará sob condições muito precisas, historicamente determinadas (alimento preparado, garantia de higiene, padrões de gosto e prazer etc.). Sem a satisfação da fome, ou seja: da necessidade *natural* de se alimentar, os homens e os animais não podem viver — mas o atendimento dessa necessidade, entre os homens, é rigorosamente *social*.

Um segundo exemplo pode ser referenciado à reprodução biológica. Nos homens e nos animais, ela está vinculada a pulsões que se diriam *instintivas*, pulsões sem as quais a reprodução seria impensável — há a necessidade de dar curso a essas pulsões, tanto nos animais quanto nos homens. Entre os animais, existindo as condições de fertilidade da fêmea, a sua cobertura pelo macho realiza-se como um dado imediato, mesmo que precedido, no caso de algumas espécies, de rodeios comandados por mecanismos

reiterativos de seleção biológica. Entre os homens, as pulsões são largamente mediatizadas por escolhas, valores, normas e rituais — a pulsão natural é metamorfoseada por componentes que articulam um tipo de relação sexual que está muito distanciada do comando biológico: o leitor deste livro certamente exercita a sua pulsão sexual no marco de exigências que, muito para além da diferenciação biológica macho/fêmea, envolvem respeito para com o parceiro, jogos eróticos, comunicação, expressividade, confiança etc. Sem a pulsão biológica, sem o chamado “instinto sexual” *natural*, os homens não se reproduziriam; mas a modalidade de vazão desse “instinto” nada tem de natural, é substantivamente *social*.<sup>3</sup>

Retornemos à nossa argumentação: o desenvolvimento do ser social — ou a história mesma — pode ser descrito como o *processo de humanização* dos homens, processo através do qual as determinações naturais, sem deixar de existir, jogam um papel cada vez menos relevante na vida humana. O desenvolvimento do ser social significa, pois, que, embora se mantenham as determinações naturais, elas são progressivamente *afastadas, empurradas para trás, sofrendo um recuo*. As barreiras (ou limites) naturais em meio às quais se move a sociedade e a própria naturalidade dos homens são insuprimíveis, mas as suas implicações para a vida humana *decrecem* à medida que, pelo trabalho, os homens transformam a natureza e se transformam a si mesmos. O homem, portanto, é natureza **historicamente transformada** — mas o que é propriamente *humano* reside nessa transformação (*autotransformação*, já que propiciada pelo trabalho realizado pelos homens), que situa o homem *para além da natureza* e o caracteriza como ser social.

O processo de constituição do ser social tem seu ponto de arranque nas peculiaridades e exigências colocadas pelo trabalho; a partir dessas exigências (que já assinalamos no item 1.1.: a atividade teleologicamente orientada, a

---

3. Pode-se argumentar contrariamente a esses exemplos, recorrendo-se a situações nas quais homens satisfazem sua fome ou sua pulsão sexual quase sem mediações sociais (situações que podem muito bem encontrar-se *fora* de um quadro excepcional, como as guerras etc.); pense-se, à guisa de ilustração, nos segmentos da população urbana extremamente pauperizada que busca alimentos nos *lixões* ou na forte incidência de violações sexuais (de que mulheres e crianças são as vítimas preferenciais). Mas, nesses casos, o que se tem são expressões de *regressão da sociabilidade* que, como o comprova a vida nas sociedades capitalistas contemporâneas, podem muito bem coexistir com altos níveis de desenvolvimento do ser social — nessas sociedades, a barbarização da vida social se afere exatamente pela escala em que necessidades *humanas*, sociais, são de tal modo degradadas que sua satisfação retrocede ao nível do natural, *animal*.

tendência à universalização e a linguagem articulada), os sujeitos do trabalho experimentam um multimilênar processo que acaba por distingui-los da natureza: o processo de *humanização*. Aquelas exigências vão se tornando mais complexas e se tornam também mais complexas as objetivações daqueles sujeitos e suas interações com os outros sujeitos. Essa crescente complexidade requer e oferece, simultaneamente, condições para um desenvolvimento específico desses sujeitos, desenvolvimento que, pouco a pouco, configura a estrutura do ser social.

Quanto mais se desenvolve o ser social, tanto mais diversificadas são as suas objetivações. Assim, no seu desenvolvimento, ele produz objetivações que, embora relacionadas ao processo do trabalho, dele se afastam progressivamente — objetivações crescentemente *ideais* (isto é, no mundo das ideias), de que são exemplo as formas iniciais do *pensamento mágico*, nas quais estão contidos os vetores que, após uma evolução multimilênar, apresentar-se-ão diferenciados nas expressões do pensamento religioso, da reflexão científica e filosófica e da arte.

A referência à magia é importante, porque mostra o processo de humanização em sua dinâmica básica: de uma parte, a vinculação com o trabalho e, de outra, a sua autonomização em face dele. O ritual mágico e as suas representações (pense-se nas pinturas rupestres) conectavam-se às atividades que os grupos sociais deveriam realizar para assegurar sua reprodução físico-material, especialmente a caça; neles se combinavam, sincreticamente, os objetivos a serem alcançados (o animal a ser morto), os conhecimentos acumulados (a figura do animal, os instrumentos para atingi-lo), a convocação e a organização necessárias à ação coletiva (a participação no ritual) e a invocação de forças favoráveis à caça (o apelo ao sobrenatural, tanto maior quanto menos os homens conheciam o meio ambiente e suas próprias capacidades). É no curso do desenvolvimento histórico que a autonomização da magia em face do trabalho vai se realizar, engendrando objetivações cada vez mais diferenciadas entre si e elas mesmas regidas por dinâmicas próprias: a partir da magia, ao cabo de milhares de anos, pensamento religioso, ciência, filosofia e arte tornaram-se objetivações autonomizadas do processo de trabalho, constituindo expressões do ser social desenvolvido.

O avanço do processo de humanização pode ser compreendido, pois, como a diferenciação e a complexificação das objetivações do ser social. O trabalho aparece como *a objetivação primária e ineliminável do ser social*, a partir

da qual surgem, através de mediações cada vez mais complexas, as necessidades e as possibilidades de novas objetivações. O trabalho, porém, permanece como a objetivação primária do ser social num sentido amplo: as outras formas de objetivação, que se estruturam no processo de humanização, supõem os traços fundamentais que estão vinculados ao trabalho (vamos repeti-los: a atividade teleologicamente orientada, a tendência à universalização e a linguagem articulada) e só podem existir na medida em que os supõem; somente com eles tornam-se possíveis o pensamento religioso, a ciência, a filosofia e a arte.

É assim, ao cabo de um longuíssimo decurso histórico, que aqueles traços, metamorfoseados pelo enriquecimento e pela intensificação que lhes proporcionam as novas objetivações, configuram a estrutura do ser social. Desenvolvido e articulado como o conhecemos hoje, o ser social constitui-se como um ser que, dentre todos os tipos de ser, se particulariza porque é capaz de:

1. realizar atividades teleologicamente orientadas;
2. objetivar-se material e idealmente;
3. comunicar-se e expressar-se pela linguagem articulada;
4. tratar suas atividades e a si mesmo de modo reflexivo, consciente e autoconsciente;
5. escolher entre alternativas concretas;
6. universalizar-se; e
7. sociabilizar-se.

O ser social é a síntese dessas determinações estruturais. Só ele é capaz de agir teleologicamente, só ele se propõe finalidades e antecipa metas — em suma, só ele dispõe da capacidade de *projetar*. Só ele cria produtos e artefatos, representações e símbolos que ganham objetividade na medida em que concretizam projetos e, assim, têm uma existência que transcende a(s) existência(s) singular(es) do(s) seu(s) criador(es). Todas essas atividades só são possíveis com o concurso da *linguagem articulada*, que comunica e expressa conhecimentos e relações obtidas mediante a reflexão e a autor-reflexão operadas pelo pensamento e constitutivas da consciência; a linguagem articulada tanto exterioriza o pensamento quanto o viabiliza — pela *consciência*, o ser social toma a sua atividade e se toma a si mesmo como

objeto de reflexão; através dela, o ser social conhece a natureza e se conhece a si mesmo. Na sua ação e na sua atuação, o ser social sempre encontra alternativas e sempre pode escolher — e a escolha entre alternativas concretas configura o exercício da *liberdade*: ser livre é poder escolher entre elas; o ser social é um ser capaz de liberdade. Pensar, conhecer, projetar, objetivar-se, escolher — tudo isso supõe a capacidade de se desprender do dado imediato, das singularidades dos fenômenos: supõe a capacidade de *universalizar*. E, enfim, para reproduzir-se como tal, ampliar-se e enriquecer-se — o que não pode fazer através de mecanismos meramente genéticos ou biológicos —, o ser social dispõe da capacidade de *sociabilização*, isto é, ele é passível de apropriação e desenvolvimento por parte dos membros da sociedade no interior da própria sociedade, através, fundamentalmente, dos processos de interação social, especialmente os educativos (formais e informais).

O ser social, assim estruturado e caracterizado, não tem nenhuma similaridade com o ser natural (inorgânico e/ou orgânico); ele só pode ser identificado como o *ser do homem*, que só existe como homem em sociedade. E, assim compreendido, o ser social se revela não como uma forma eterna e atemporal, a-histórica, mas como uma estrutura que resulta da autoatividade dos homens e permanece aberta a novas possibilidades — é uma estrutura histórica inconclusa, apta a reconfigurar-se e a enriquecer-se no curso da história presente e futura. Erguendo-se a partir do ponto de diferenciação com a natureza assinalado pelo surgimento do trabalho, o ser social constituiu-se na história pela ação dos homens e constituiu historicamente o ser dos homens — e só se pode pensar num ponto terminal de seu desenvolvimento se se pensar numa paragem terminal da história, hipótese que contraria todos os conhecimentos científicos e teóricos disponíveis.<sup>4</sup>

Cabe, enfim, sublinhar que essa caracterização do ser social só se tornou possível quando ele pôde ser apreendido em seu mais alto nível de desenvolvimento. Sabemos que seu aparecimento deveu-se ao surgimento do trabalho, que sua evolução marcou-se pela sua diferenciação e complexificação. Nunca será demais repetir que o chamado *fenômeno humano* é produto

---

4. Estamos nos referindo ao caráter *infinito* do desenvolvimento histórico. Outra questão é a da própria existência da sociedade, da natureza, enfim do universo na forma em que os conhecemos hoje — não há nenhuma garantia da existência infinita dessas realidades. Da mesma forma que a vida surgiu casualmente no universo que conhecemos, ela pode perfeitamente desaparecer.

de um processo histórico de larguíssimo curso e que a visibilidade do ser social, como inteiramente diverso do ser natural, é relativamente recente; cumpre mesmo afirmar que tal visibilidade só se tornou possível há pouco mais de dois séculos e meio, quando o modo de produção capitalista se consolidou como dominante no Ocidente e operou a constituição do mercado mundial, que permitiu o contato entre praticamente todos os grupos humanos.

### 1.3. Práxis, ser social e subjetividade

O trabalho é constitutivo do ser social, mas o ser social não se reduz ou esgota no trabalho. Quanto mais se desenvolve o ser social, mais as suas objetivações transcendem o espaço ligado *diretamente* ao trabalho. No ser social desenvolvido, verificamos a existência de *esferas de objetivação* que se autonomizaram das exigências imediatas do trabalho — a ciência, a filosofia, a arte etc.

O desenvolvimento do ser social implica o surgimento de uma racionalidade, de uma sensibilidade e de uma atividade que, sobre a base necessária do trabalho, criam objetivações próprias. No ser social desenvolvido, o trabalho é *uma* das suas objetivações — e, como já assinalamos, quanto mais rico o ser social, tanto mais diversificadas e complexas são as suas objetivações. O trabalho, porém, não só permanece como a objetivação fundante e necessária do ser social — permanece, ainda, como o que se poderia chamar de *modelo* das objetivações do ser social, uma vez que todas elas supõem as características constitutivas do trabalho (a atividade teleologicamente orientada, a tendência à universalização e a linguagem articulada).

Para denotar que o ser social é mais que trabalho, para assinalar que ele cria objetivações que transcendem o universo do trabalho, existe uma categoria teórica mais abrangente: a categoria de **práxis**. A práxis envolve o trabalho, que, na verdade, é o seu modelo — mas inclui muito mais que ele: inclui todas as objetivações humanas. Por isso mesmo, no trato dessas objetivações, dois pontos devem ser salientados:

- deve-se distinguir entre formas de práxis voltadas *para o controle e a exploração da natureza* e formas voltadas *para influir no comporta-*

*mento e na ação dos homens*. No primeiro caso, que é o do trabalho, o homem é o sujeito e a natureza é o objeto; no segundo caso, trata-se de relações de sujeito a sujeito, daquelas formas de práxis em que o homem atua sobre si mesmo (como na práxis educativa e na práxis política);

- os produtos e obras resultantes da práxis podem objetivar-se *materialmente e/ou idealmente*: no caso do trabalho, sua objetivação é necessariamente algo material; mas há objetivações (por exemplo, os valores éticos) que se realizam sem operar transformações numa estrutura material qualquer.

A categoria de práxis permite apreender a riqueza do ser social desenvolvido: verifica-se, na e pela práxis, como, para além das suas objetivações primárias, constituídas pelo trabalho, o ser social se projeta e se realiza nas objetivações materiais e ideais da ciência, da filosofia, da arte, construindo um mundo de produtos, obras e valores — um *mundo social, humano* enfim, em que a *espécie humana* se converte inteiramente em **gênero humano**. Na sua amplitude, a categoria de práxis revela o homem como ser *criativo e autoprodutivo*: ser da práxis, o homem é produto e criação da sua autoatividade, ele é o que (se) fez e (se) faz.

Mas da práxis não resultam somente produtos, obras e valores que permitem aos homens se reconhecerem como autoprodutores e criativos. Conforme as condições histórico-sociais em que se realiza (vale dizer: conforme as estruturas sociais em que se insere a atividade dos homens), a práxis pode produzir objetivações que se apresentam aos homens não como obras suas, como sua criação, mas, ao contrário, como algo em que eles não se reconhecem, como algo que lhes é estranho e opressivo. Em determinadas condições histórico-sociais, os produtos do trabalho e da imaginação humanos deixam de se mostrar como objetivações que expressam a humanidade dos homens — aparecem mesmo como algo que, escapando ao seu controle, passa a controlá-los como um poder que lhes é superior. Nessas condições, as objetivações, ao invés de se revelarem aos homens como a expressão de suas forças sociais vitais, impõem-se a eles como exteriores e transcendentais. Numa palavra: *entre os homens e suas obras, a relação real, que é a relação entre criador e criatura, aparece invertida — a criatura passa a dominar o criador*.

Essa inversão caracteriza o fenômeno histórico da **alienação**. E se trata mesmo de um fenômeno histórico porque, embora se configurando como um fato de grande perdurabilidade, verdadeiramente trans-histórico, as condições sociais em que ele se processa não são eternas nem naturais — são condições que podem ser superadas no curso do desenvolvimento histórico. Basicamente, a alienação é própria de sociedades onde têm vigência a *divisão social do trabalho* e a *propriedade privada dos meios de produção fundamentais*,<sup>5</sup> sociedades nas quais o produto da atividade do trabalhador não lhe pertence, nas quais o trabalhador é *expropriado* — quer dizer, sociedades nas quais existem formas determinadas de *exploração do homem pelo homem*.

Com seus fundamentos na organização econômico-social da sociedade, na exploração, a alienação penetra o conjunto das relações sociais. Manifestando-se primariamente nas relações de trabalho (entre o trabalhador, seus instrumentos de trabalho e seus produtos), a alienação marca as expressões materiais e ideais de toda a sociedade — esta e seus membros movem-se numa *cultura alienada* que envolve a todos e a tudo: as objetivações humanas, alienadas, deixam de promover a humanização do homem e passam a estimular regressões do ser social.

Essa referência à alienação e suas bases efetivas (a divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção fundamentais) é necessária para que se possa compreender que o processo de humanização, iniciado com a atividade do trabalho, não é algo linear e unívoco.

Páginas atrás, afirmamos que o ser social é o constitutivo da sociedade e de seus membros, que a sociedade e os homens são os modos de ser do ser social. Agora, cabe notar que nenhum homem, tomado singularmente, expressa o conjunto de possibilidades do ser social.

Em cada estágio do seu desenvolvimento, o ser social é o conjunto de atributos e das possibilidades da sociedade, e esta é a totalidade das relações nas quais os homens estão em interação. Assim, em cada estágio do seu desenvolvimento, o ser social condensa o máximo de humanização construído pela ação e pela interação dos homens, concretizando-se em produtos e obras, valores e normas, padrões e projetos sociais. Compreende-se, pois, que o ser

---

5. O esclarecimento dessas duas categorias teóricas encontra-se, adiante, no Capítulo 2, item 2.2.

social seja patrimônio comum de toda a humanidade, de todos os homens, não residindo em nenhum deles e, simultaneamente, existindo na totalidade de objetivções de que todos podem participar.

O ser social plasma o *gênero humano* (ou a *genericidade humana*), do qual todos os membros da sociedade podem partilhar enquanto seres singulares, como portadores e (re)criadores: portadores porque, por intermédio dos mecanismos de sociabilização (interação social, educação e autoeducação), incorporam as objetivções já realizadas; (re)criadores porque, através de suas próprias objetivções, atualizam e renovam o ser social. Quanto mais os homens, em sua singularidade, incorporam as objetivções do ser social, mais se humanizam, mais desenvolvem em si o peso da sociabilidade em detrimento das “barreiras naturais”.

À medida que o ser social se desenvolve — ou seja: à medida que a sociedade mais se diferencia da natureza e se enriquece com novas objetivções —, mais complexa se torna a relação entre os homens tomados singularmente e a genericidade humana. Para compreender essa crescente complexidade, devemos levar em conta pelo menos duas ordens de razões.

Em primeiro lugar, há que considerar o próprio enriquecimento do ser social. Quanto mais as suas objetivções se diversificam e se tornam mais densas, a sua incorporação pelos homens singulares requer mais empenho, mais esforços e mais tempo. Ou seja: quanto mais rica em suas objetivções é uma sociedade, maiores são as exigências para a sociabilização dos seus membros.

Em segundo lugar, dado que o desenvolvimento histórico se efetivou até hoje especialmente em sociedades marcadas pela alienação (isto é, em sociedades fundadas na divisão social do trabalho e na propriedade privada dos meios de produção fundamentais, com a exploração do homem pelo homem), a possibilidade de incorporar as objetivções do ser social sempre foi posta *desigualmente* para os homens singulares. Ou seja: até hoje, o desenvolvimento do ser social jamais se expressou como o igual desenvolvimento da humanização de *todos os homens*; ao contrário: até nossos dias, o preço do desenvolvimento do ser social tem sido uma *humanização extremamente desigual* — ou, dito de outra maneira: até hoje, o processo de *humanização* tem custado o sacrifício da maioria dos homens. Somente numa sociedade que supere a divisão social do trabalho e a propriedade privada

dos meios de produção fundamentais pode-se pensar que todas as possibilidades do desenvolvimento do ser social se tornem acessíveis a todos os homens.

Observe-se que estamos mencionando *homens singulares* — ainda não tocamos na noção de *individualidade social*. Com efeito, o homem não nasce *indivíduo social*: ao nascer, os homens são puras singularidades; somente no seu processo formativo-social, no seu *amadurecimento humano*, os homens podem tornar-se *indivíduos sociais* — isto é, homens singulares que se humanizam e, à base da socialização que lhes torna acessíveis as objetivações já constituídas do ser social, constroem-se como *personalidades inconfundíveis*. No seu processo de amadurecimento, e conforme as condições sociais que lhe são oferecidas, cada homem vai se apropriando das objetivações existentes na sua sociedade; nessa apropriação reside o processo de construção da sua *subjetividade*. A subjetividade de cada homem não se elabora nem a partir do nada, nem num quadro de isolamento: elabora-se a partir das objetivações existentes e no conjunto de interações em que o ser singular se insere. A riqueza subjetiva de cada homem resulta da riqueza das objetivações de que ele pode se apropriar. E é a modalidade peculiar pela qual cada homem se apropria das objetivações sociais que responde pela configuração da sua personalidade.

Como se vê, qualquer contraposição do tipo *indivíduo x sociedade* falseia o problema real da sociabilização; de fato, o indivíduo social, homem ou mulher, só pode constituir-se no quadro das mais densas e intensas relações sociais. E a marca de *originalidade* de cada indivíduo social (originalidade que deve nuclear a sua personalidade) não implica a existência de *desigualdades* entre ele e os outros. Na verdade, os homens são *iguais*: todos têm iguais possibilidades humanas de se sociabilizar; a *igualdade* opõe-se à *desigualdade* — e o que a originalidade introduz entre os homens não é a desigualdade, é a *diferença*. E para que a diferença (que não se opõe à igualdade, mas à *indiferença*) se constitua, ou seja: para que todos os homens possam construir a sua personalidade, é preciso que *as condições sociais para que se sociabilizem sejam iguais para todos*. Em resumo: só uma sociedade onde todos os homens disponham das mesmas condições de sociabilização (uma sociedade sem exploração e sem alienação) pode oferecer a todos e a cada um as condições para que desenvolvam diferencialmente a sua personalidade. Só esse tipo de sociedade — “em que o livre desenvolvimento de cada um é a

condição para o livre desenvolvimento de todos” (Marx-Engels, 1998, p. 31) — pode garantir tanto a superação do individualismo<sup>6</sup> quanto a oportunidade de *todos* os homens e mulheres singulares se construírem como indivíduos sociais.

#### 1.4. Trabalho, valor e “fim da sociedade do trabalho”

A argumentação desenvolvida neste capítulo, como advertimos na sua abertura, transcende os limites da Economia Política. No entanto, essa argumentação constitui um conjunto necessário de ideias para que, no trato da Economia Política, não se perca a *historicidade* sem a qual o pensamento pode ser vitimado pela *naturalização das relações sociais*.

Mais ainda: consideramos que uma clara concepção do que são a sociedade e os homens — sua relação com a natureza e sua especificidade de ser social — é um pressuposto obrigatório para compreender que a Economia Política é, essencialmente, fundante de uma *teoria social*. Vale dizer: ela não estuda coisas, nem relações entre coisas — seu objeto são determinadas *relações entre os homens* (mais precisamente, nas já citadas palavras de Lênin, “as relações sociais que existem entre os homens na produção”). Mais adiante, quando tivermos ocasião de mencionar o *fetichismo da mercadoria* e o problema da *reificação* (Capítulo 3, item 3.6), o leitor verificará a importância dessa notação.

No entanto, também na abertura deste capítulo, observamos que, no seu final, retomariamos o debate próprio à Economia Política. E isso por uma razão elementar: nas origens mesmas da Economia Política clássica, a questão do *valor* (ou seja: do constitutivo da riqueza social) aparece vinculada ao trabalho. Essa vinculação surge, já em 1738, num panfleto de autor desconhecido: o *valor* de uma mercadoria “depende da quantidade de trabalho necessário que ela demanda” (*apud* J. Bidet, *in* Labica e Bensussan, 1985, p. 1193) — trata-se de noção generalizada entre os pensadores do século XVIII; é assim que Smith abre o seu célebre *Inquérito sobre a natureza e as causas da*

---

6. *Individualismo* não significa a defesa dos valores do indivíduo socialmente constituído; antes, é uma ideologia que justifica a priorização e o favorecimento de interesses singulares contrapostos ao desenvolvimento da genericidade humana.

*riqueza das nações* (conhecido, resumidamente, como *A riqueza das nações*), uma das obras que marca o apogeu da Economia Política clássica:

O trabalho anual de uma nação é o fundo de que provêm originariamente todos os bens necessários à vida e ao conforto que a nação anualmente consome, e que consistem sempre ou em produtos imediatos desse trabalho ou em bens adquiridos às outras nações em troca deles. (Smith, 1999, I, p. 69)

Dentre todos os economistas clássicos, foi Ricardo, porém, aquele que mais desenvolveu a chamada *teoria do valor-trabalho*: ela ocupa as sete seções que compõem o primeiro capítulo dos seus *Princípios de economia política e tributação*, e não é por acaso que o título da primeira daquelas seções enuncia a tese ricardiana:

O valor de uma mercadoria, ou a quantidade de qualquer outra pela qual pode ser trocada, depende da quantidade relativa de trabalho necessário para sua produção [...]. (Ricardo, 1982, p. 43)

Em resumidas contas, essa teoria sustenta que *o valor (a riqueza social) resulta exclusivamente do trabalho*. Obviamente, nem tudo o que é valioso para a sociedade resulta do trabalho; pense-se, por exemplo, nos elementos naturais, sem os quais a vida seria impossível (o oxigênio da atmosfera) — mas o interesse dos economistas políticos dirigia-se para a compreensão da *riqueza social*, tal como ela se apresentava na nascente sociedade burguesa.

A partir das formulações dos “clássicos”, nomeadamente Ricardo, Marx estabeleceu as bases teóricas para a compreensão adequada do valor. Estudando cuidadosamente a produção das mercadorias na sociedade capitalista, ele observou que o valor delas é determinado pelo *tempo de trabalho socialmente necessário para a sua produção*, entendendo-se como **tempo de trabalho socialmente necessário** “aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer, nas condições dadas de produção socialmente normais, e com o grau social médio de habilidade e de intensidade de trabalho” (Marx, I, 1, 1983, p. 48; voltaremos ao valor de uso no Capítulo 2, item 2.3). Daí, na sequência imediata do seu argumento, Marx formula *a lei do valor* (de que trataremos no Capítulo 3, item 3.5), uma das leis fundamentais que opera na nossa sociedade:

É [...] o *quantum* de trabalho socialmente necessário ou o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor de uso o que determina a grandeza do seu valor (id., *ibid.*).

O valor das mercadorias, expresso em termos monetários, é o seu *preço*. Mas a expressão aparente do valor não pode ser confundida com o próprio valor — como veremos adiante (Capítulo 6, item 6.2), nem sempre há coincidência entre *valor* e *preço*. O que importa assinalar, por agora, porque retornaremos a esse tema no Capítulo 3, é a estreita relação entre *trabalho* e *valor*: o primeiro constitui, no caso da riqueza social, a fonte primária do segundo.

Já mencionamos que a teoria do valor-trabalho foi abandonada há muito pelo pensamento que se contenta com a análise superficial da dinâmica econômico-social da nossa sociedade. Nos últimos trinta anos, a própria centralidade do *trabalho* vem sendo posta em questão por algumas correntes de peso nas Ciências Sociais: a partir da constatação estatística de dois fenômenos de muita visibilidade desde os anos oitenta do século passado — a redução dos contingentes de trabalhadores alocados à produção de bens materiais e o crescente desemprego que afeta praticamente todas as sociedades capitalistas contemporâneas —, teóricos de posições diversas sustentam, propondo soluções analíticas muito diferentes, que o trabalho já não se constitui mais como o eixo a partir do qual se organiza a vida social. Tornou-se frequente, nos meios acadêmicos, o discurso acerca do “fim do trabalho”, do “fim da sociedade do trabalho”, assim como a referência à “sociedade (ou economia) do conhecimento” — discurso geralmente associado às várias ideologias ditas pós-modernas.

Aqueles dois fenômenos (a redução da demanda de trabalhadores para a produção de bens materiais e o desemprego crescente) são perfeitamente compreensíveis quando se considera a dinâmica essencial da sociedade capitalista e, devidamente analisados, **não autorizam a desconsideração da centralidade do trabalho**. A redução do contingente de trabalhadores explica-se pelo formidável desenvolvimento das forças produtivas contemporâneas, que exponenciaram a produtividade do trabalho (discutiremos *forças produtivas* e *produtividade do trabalho* no Capítulo 2, item 2.2); quanto ao extraordinário desemprego dos dias atuais, ele está diretamente ligado aos limites da sociedade burguesa, no interior da qual não há soluções que permitam inscrever todos os homens e mulheres aptos nos circuitos do trabalho

— sempre foi própria à sociedade burguesa uma *população excedente* (de que trataremos no Capítulo 5, item 5.4), agora levada a um extremo para o qual essa sociedade não tem outra proposta senão a do “terceiro setor” ou a pura e simples assistência social. E ambas as alternativas apenas sinalizam o quanto essa sociedade já não pode responder de forma progressista e humanizadora aos problemas que ela mesma engendra.

O fato de parte das Ciências Sociais, em face dos limites da sociedade burguesa, não contribuir para a sua crítica, mas, ao contrário, colaborar para desqualificar o trabalho como “um valor superado”, esse fato é eloquente acerca da função legitimadora e apologética dessa parcela das disciplinas acadêmicas.

## Sugestões bibliográficas

A discussão do trabalho como fundante do ser social está largamente desenvolvida na obra *Ontologia do ser social*, de G. Lukács, ainda inédita em português; mas seu argumento essencial está acessível na edição em castelhano de G. Lukács, *El trabajo* (Buenos Aires: Herramienta, 2005). Para essa discussão, assim como para os problemas da sociabilização e do indivíduo social, há que recorrer ao excelente livro de Sérgio Lessa, *Mundo dos homens. Trabalho e ser social* (São Paulo: Boitempo, 2002), ao ensaio de Antonino Infranca, *Trabajo, individuo, historia. El concepto de trabajo em Lukács* (Buenos Aires: Herramienta, 2005), à obra de Agnes Heller, *Sociología de la vida cotidiana* (Barcelona: Península, 1977) e ao conteúdo do item 1 de *Trabalho e indivíduo social*, de Marilda V. Yamamoto (São Paulo: Cortez, 2001). Tratamento relevante acerca da problemática do indivíduo é oferecido por Adam Schaff em *O marxismo e o indivíduo* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967). No que toca à abordagem especificamente antropológica acerca da relação trabalho/humanização, ainda são de grande valia os estudos de V. Gordon Childe, *A evolução cultural do homem* (Rio de Janeiro: Zahar, 1966) e *O que aconteceu na história?* (Rio de Janeiro: Zahar, 1981); também, aqui,

vale a leitura de um texto de John Lewis, *O homem e a evolução* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968).

A temática do trabalho, da práxis e da alienação — além do registro clássico: *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*, de Marx (Lisboa: Avante!, 1994) — está consignada no texto de Adolfo Sánchez Vázquez, *Filosofia da práxis* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968) e em *Marx: a teoria da alienação*, de István Mészáros (Rio de Janeiro: Zahar, 1981), assim como nos ensaios finais de *Dialética do concreto*, de Karel Kosik (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969).

Dentre os muitos autores que tematizam o “fim do trabalho” e/ou o “fim da sociedade do trabalho”, dos quais o pioneiro foi André Gorz (*Adeus ao proletariado*. Rio de Janeiro: Forense, 1982), cabe indicar D. Méda, com o seu emblemático *O trabalho. Um valor em vias de extinção* (Lisboa: Fim de Século, 1999). Conclusiva contestação a teses similares foi oferecida por Ricardo Antunes (*Adeus ao trabalho?*. São Paulo: Cortez/Unicamp, 2000; *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999). Na proposição do “terceiro setor” como alternativa para o desemprego, recorra-se a J. Rifkin, *O fim dos empregos* (São Paulo: Makron Books, 1995); a análise crítica do “terceiro setor” encontra-se em Carlos Montañó, *Terceiro setor e questão social* (São Paulo: Cortez, 2002). Elementos das concepções pós-modernas compõem em J.-F. Lyotard, *A condição pós-moderna* (Lisboa: Gradiva, s.d.), em Boaventura de Souza Santos (*Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1989; *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1995) e em Steven Connor (*Cultura pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993). Para a crítica a tais concepções, vale recorrer a D. Harvey (*Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993), a T. Eagleton (*As ilusões do pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998), a P. Anderson (*As origens da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999) e ao volume organizado por Ellen M. Wood e John B. Foster, *Em defesa da história. Marxismo e pós-modernismo* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999).

A complexa questão do valor foi largamente tratada por Marx no primeiro capítulo d’*O capital*; I. Rubin analisou-a em *A teoria marxista do valor* (São Paulo: Brasiliense, 1980) e R. Rosdolsky a aborda em vários passos do seu *Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx* (Rio de Janeiro:

Contraponto, 2002). E. Mandel, em *A formação do pensamento econômico de Karl Marx* (Rio de Janeiro: Zahar, 1968, cap. 6) estuda a evolução das pesquisas de Marx em face dessa questão. Uma amostra da complicada polêmica que cerca a teoria do valor pode ser encontrada em E. Böhm-Bawerk, R. Hilferding e L. Bortkiewicz, *Economía burguesa y economía socialista* (Córdoba: Cuadernos de Pasado y Presente, 1974).

## Filmografia

*2001: uma odisséia no espaço*. Estados Unidos/Inglaterra. 1968. Direção: Stanley Kubrick. Duração: 139 min.

*A guerra do fogo*. Alemanha/Canadá. 1981. Direção: Jean-Jacques Annaud. Duração: 97 min.

*Mistérios da humanidade*. Produção: National Geographic Society. 1988. Duração: 55 min.